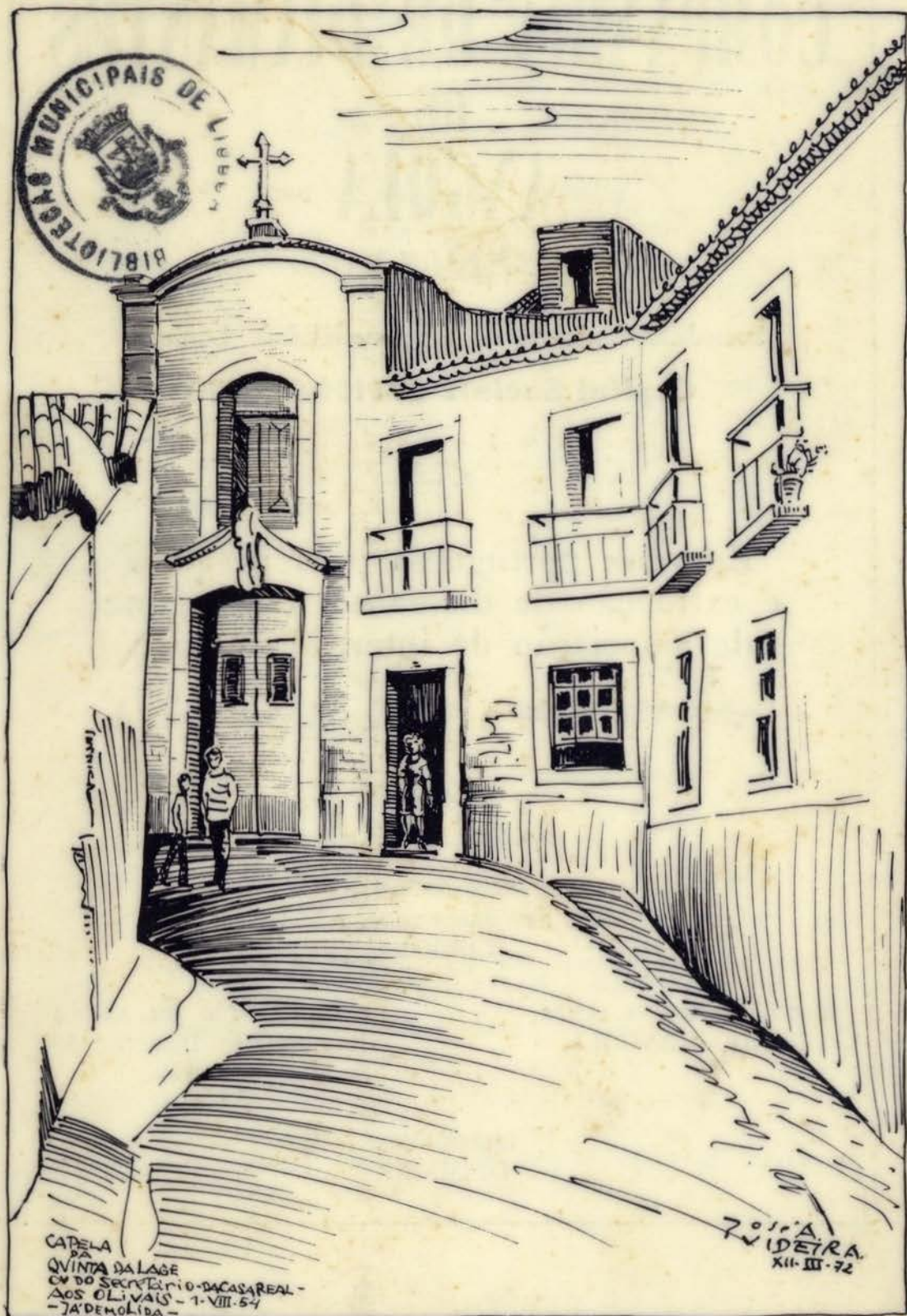


OLISIPO

Boletim do
Grupo Amigos de Lisboa



COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital Social: 294 100 000\$00



Empresa portuguesa para pesquisa
e extracção de diamantes em regime
de associação de interesses com ~~a~~^o
~~Estado~~
~~PROVINCIA~~ DE ANGOLA



SEDE SOCIAL

Rua dos Fanqueiros, n.º 12
LISBOA

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA
DUNDO — ANGOLA

REPRESENTAÇÃO EM ANGOLA
Rua Avelino Dias, n.º 59
LUANDA

TELEGRAMAS :
DIAMANG

27. JUL. 1983

OLISIPO

ANO XXXIV

JULHO/DEZEMBRO DE 1971

NÚMERO 133

Direcção, Edição e Própriedade
do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 32 57 11
Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 5-A

SUMÁRIO

	Pág.
LUÍS PASTOR DE MACEDO (+)	83
HOMENAGEM A SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA EX. ^{ma} CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, ENG.º FERNANDO SANTOS E CASTRO	85
CENTENÁRIOS DE 1972	86
DOIS BRASÕES ANÓMALOS pelo <i>Dr. A. Meyrelles do Souto</i>	88
PERFIL DE UMA MULHER pelo <i>Dr. José Cassiano Neves</i>	96
LISBOA E A BASE ROMÂNICA DA LINHA DO TEJO pelo <i>Dr. Leonel Ribeiro</i>	101
A IGREJA E O CONVENTO DE S. DOMINGOS DE LISBOA pelo <i>Dr. Manuel H. Lourinho</i>	115
ACTIVIDADE CULTURAL: Julho a Dezembro	124
FEIRA DA LADRA	127
ÍNDICE DO ANO DE 1971	129
CAPA: Capela da Quinta da Laje ou do Secretário (da Casa Real), aos Olivais - Desenho de <i>J. A. Videira</i>	
VINHETAS DE <i>J. A. Videira</i> e <i>Figueiredo Sobral</i>	

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores



CORPOS GERENTES DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Triénio 1970/72

JUNTA DIRECTIVA

- Presidente* — Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves
Vice-Presidente — Dr. Álvaro do Amaral Barata
Secretário-Geral — Dr. José Cassiano Neves
Secretário-Geral Adjunto — Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho
Tesoureiro — Inocêncio Castelhana
Vogais — Cor.-Art. Aníbal Afra Nozes
Dr. Paulo Caratão Soromenho
Padre Francisco dos Santos Costa
Arq.^a Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama

ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente* — Brigadeiro D. João António Saldanha
de Oliveira e Sousa (Marquês de Rio Maior)
Vice-Presidente — Professor Armando de Lucena
1.º Secretário — Joaquim Pascoal Rodrigues
2.º Secretário — Marcial Pereira Mendes

COMISSÃO DE CONTAS

- Presidente* — Cor.-Art. Francisco P. de Lacerda Machado
Secretário — Hygino Nunes da Silva
Relator — Dr. Francisco Gonçalves Couto Santos

LUÍS
PASTOR
DE
MACEDO



Lisboa acaba de perder um dos seus mais dedicados e eruditos cronistas, cuja vasta obra da especialidade, tão conhecida e louvada, não necessita por isso de ser, neste momento, enaltecida em pormenor.

A sua bibliografia abrange fundamentais aspectos da vida citadina, de extenso âmbito, quer de pesquisa, quer de divulgação. Ela deu-lhe jus à conquista de elevada posição entre os que, em várias épocas, melhor serviram a história de Lisboa. Em trabalhos fundamentais, somente de sua autoria, mostrou quanto valia, mas não deixou também de dar o seu concurso, em obras de muito interesse, a outros esforçados olisipógrafos, como Matos Sequeira e Norberto de Araújo.

Ao lado da actividade de escritor, distinguiu-se Pastor de Macedo como

homem de acção, sempre a bem de Lisboa. Sendo Vereador, no Pelouro dos Serviços Culturais, depois como Presidente Substituto e, mais tarde, nas funções de Vice-Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal, teve iniciativas de grande eficiência e originalidade. As brilhantes Festas da Cidade, de 1934 e 1935, as Comemorações do VIII Centenário da Conquista de Lisboa, de 1947, e o extraordinário movimento editorial lisiponense, de produções inéditas e de reedições, assinaram indelévelmente a sua orientação.

Sempre admirado o seu esforço, viu-o galardoado pela concessão do grau de comendador do Ordem de Sant'Iago da Espada, quando em 1959 abandonou a vice-presidência do Município, e, ainda recentemente, pela da Medalha de Ouro da Cidade, por iniciativa do actual e muito ilustre Presidente da Ex.^{ma} Câmara.



HOMENAGEM A SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE
DA EX.^{ma} CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
ENG.º FERNANDO SANTOS E CASTRO

Por ocasião da ocorrência do 35.º aniversário da fundação do Grupo «Amigos de Lisboa», a Junta Directiva, como intérprete da admiração e reconhecimento de todos os associados pela fecunda acção do ilustre Presidente do Município, Senhor Engenheiro Fernando Santos e Castro, e pela atenção que lhe tem merecido a nossa actuação, dirigiu uma expressiva saudação a Sua Excelência, que se dignou responder nos seguintes termos, que constituem, para nós, poderoso incentivo:

Ex.^{mo} Senhor

Doutor Eduardo Neves

Mui Ilustre Presidente do Grupo «Amigos de Lisboa»

Tenho o grato prazer de comunicar que recebi o amável telegrama de V. Ex.^a, pelo qual o prestigioso Grupo «Amigos de Lisboa» se dignou dirigir-me expressiva saudação, no momento em que completou 35 anos de profícua e operante existência.

Agradeço, muito penhorado, a cativante gentileza e proveito o ensejo para felicitar calorosamente, na pessoa de V. Ex.^a, todos os membros da prestimosa fundação que tão altos e relevantes serviços tem prestado à Cidade.

Formulando sinceros votos de que os «Amigos de Lisboa», continuem por muito tempo a sua meritória obra, apresento a V. Ex.^a os cumprimentos da minha mais elevada consideração.

Paços do Concelho de Lisboa, 17 de Dezembro de 1971.

O PRESIDENTE

a) Fernando Santos e Castro

Centenários de 1972

Conforme noticiamos na habitual secção *Actividade Cultural*, efectuou-se em 16 de Dezembro mais uma sessão da série *Colóquios Olisiponenses*, a qual foi presidida pelo Doutor Eduardo Neves, presidente da Junta Directiva, e teve como orientador o nosso consócio e antigo director Eng.º Júlio Eduardo dos Santos.

Foram dois os assuntos apresentados no início da reunião:

- a) apreciação de alguns problemas da estética citadina, motivados pela remodelação operada em zonas da cidade antiga, que deve ser sempre engradecida, como acaba de suceder pela conclusão da estátua de D. João I, o que impõe transformações de vulto em áreas por vezes importantes, como no caso citado, a vasta Praça da Figueira;
- b) alvitre para participação do Grupo «Amigos de Lisboa» nas grandes manifestações nacionais comemorativas do 4.º centenário da publicação de *Os Lusíadas*.

Os dois temas propostos foram largamente apreciados por muitos dos numerosos sócios presentes, o que levou o presidente da Junta Directiva a declarar que, em virtude de tão entusiástico apoio, seriam constituídas duas comissões de estudo, com a missão de organizarem os programas dos respectivos trabalhos.

Quanto às comemorações nacionais, foi lembrado que também o Grupo deveria celebrar o cinquentenário da gloriosa primeira travessia

aérea do Atlântico Sul, levada a cabo por dois insignes Portugueses, um dos quais, o Almirante Gago Coutinho, filho de Lisboa.

O presidente da Junta Directiva pronunciou-se largamente sobre as sugestões apresentadas, a que ainda se juntou outra, de especial interesse olisiponense, por respeitar a uma tradição de freguesia próxima da capital, que sempre lhe dedicou especial carinho: o sesquicentenário do início do culto de Nossa Senhora da Rocha de Carnaxide, e terminou por informar que aos sócios irá sendo comunicado o andamento dos trabalhos, a que espera se associarão, no concernente às duas primeiras comemorações nacionais, destacadas figuras do meio intelectual e social português.



DOIS BRASÕES ANÓMALOS

pele DR. A. MEYRELLES DO SOUTO

I

Segundo as leis e regras da Armaria ⁽¹⁾ ⁽²⁾, em Portugal há apenas três tipos ou formatos de brasões: o vulgar, em escudo, de «ângulo saliente a meio da ponta», usado pelos varões; o eclasiástico, oval, ou melhor elítico, para as dignidades da Igreja; o feminino, em losango, a «lisonja», quer seja para rainhas e infantas, quer para outras senhoras nobres.

Para exemplo bem frisante, Dona Catarina de Inglaterra, princesa de Portugal, no seu palácio da Bemposta assim procedeu; e lá se mostra, em lisonja, à dextra do observador ⁽³⁾, as armas paternas: Portugal; à sinistra, as do marido, Grã-Bretanha.

E a infanta D. Maria, filha del-rei D. Manuel I, na igreja da Luz, sua fundação, ostenta em idêntico losango, à esquerda, prata lisa, como solteira que ficou e, à direita, as quinas portuguesas, que lhe pertenciam pela ascendência.

E tal qual assim também na sala dos brasões de Paço de Sintra, para as duas princesas, D. Isabel e D. Beatriz, filhas ambas del-rei D. Manuel: a futura imperatriz, mulher de Carlos V e mãe de Filipe II, e a futura duquesa de Saboia, casada com Carlos III (1521), donde proveio o duque Manuel Felisberto, candidato ao trono português na vacância após a morte do Cardeal-Rei.

O que por aí se vê, em dedos afuselados e elegantes dalgumas damas, é quase sempre anel masculino (o do pae!); e isso demostra, não

(1) António de Vilas Boas & Sampayo — *Nobiliarchia portuguesa*, Lisboa, 1708.

(2) Corrêa Leite Ribeiro — *Tratado de Armaria*, Lisboa, MCMVIII.

(3) Friso este permenor para evitar confusões.

uma excepção justificada a qualquer regra, mas antes *nítida infracção* às leis da Heraldica e da Armaria.

Já isto escrevemos há tempos ⁽⁴⁾, mas repetimo-lo aqui! É assunto, aliás, perfeitamente codificado e só por ignorância e falta de atenção tal erro e abuso se mantém, infelizmente.

II

Não é esse, porém, o objectivo principal destas linhas e sobre ele não vale gastar mais tempo: os «brasões anómalos» sobre que me proponho disreter são outros.

Como acima repeti (não faço ciência própria, é evidente) os eclesiásticos, os homens da Igreja, os dignitários eclesiais — lembremo-nos que *só os bispos*, após a sagração, possuem a plenitude do Sacramento da Ordem e, em Portugal, apenas os *Antístites Católicos* podem usar o título de Dom ⁽⁵⁾, por concessão expressa dos nossos Reis e não por direito intrínseco e próprio — os dignitários religiosos podem, em repositores, nas carruagens, em anéis, nos sinetes, etc., fazer uso de armas de Fé ou de família, umas ou outras conforme resolverem e desejarem: no primeiro caso, compostas expressamente para seu uso; no segundo, se por nascimento as herdaram.

O forçoso *sempre* é atender as regras das cores: *goles* (vermelho); *blau* (azul); *sable* (verde); *sinoble* (preto) e dos esmaltes: *oiro e prata* — com o cuidado de não pôr esmalte sobre esmalte ou cor sobre cor. Isto é absolutamente fundamental.

Não vou redizer aquilo que todos os eruditos sabem acerca do respectivo significado, nem das figuras geométricas, de animais, vegetais ou objectos doutra sorte, que ornam e embelezam os escudos; sòmente relembro: o vermelho representa o «fogo»: guerras, ardis, vitórias; o azul, o «ar»: caridade, zelo, lealdade; o verde, «a água»: esperança; o preto, «a terra»: firmeza, obediência, honestidade, cortesia.

Quanto aos eclesiásticos, colocam sobre o escudo, não o elmo dos cavaleiros, nem os coronéis dos titulares ou as coroas dos reis: mas os cardeais põem a cruz com capelo e chapéu vermelho; os arcebispos e

(4) Meyrelles do Souto — *Anotações Heráldicas III, O Uso do Brasão*. «Voz — Bazar», 14-4-1968.

(5) Meyrelles do Souto — *O Título de Dom*. «Voz — Bazar» 18-3-1967; *Ainda o Título de Dom*. «Voz — Bazar», 8-2-1968.

patriarcas chapéu verde e pálio; os bispos, mitra e bago (báculo); as dignidades inferiores, apenas chapéu negro e cordões; estes pendem a lado e outro em 5 ordens nos cardeais; em 4 nos arcebispos; em 3 nos bispos e em 2 ordens, sòmente, nos protonotários ou Dom priores.

O facto de provirem de ascendência régia ou da alta nobreza não os inibe da sujeição a estas mesmas regras, nem os furta a elas; ou os impede de usarem armas de Fé, isto é, não familiares, mas pessoais, se o preferirem, as quais traduzirão como que a síntese do próprio pensamento religioso.

Sobre todos estes pontos os entendidos em heráldica estão concordes, sem objecção alguma.

De resto, não faço aqui nada mais que reproduzir, em prosa corrente e despreziosa, aquilo que os tratadistas atrás apontados, e outros, a todos nós ensinaram.

III

Postos este preliminares (cuja finalidade é, tão sòmente, não aparentar ciência, mas fornecer elementos para se julgar, com equidade, do caso que passo a expor) entremos no assunto primacial.

Indo mais uma vez, há tempos, visitar o Convento da Graça, em Lisboa, na parte entregue ao culto — edifício outrora tão rico e, ainda, ao pesar da mutilação tremenda, escrínio grandioso de recheio de grande valor ⁽⁶⁾ — dei com dois brasões, em frente um do outro, mesmo face a face, que me interessaram muitíssimo pela sua anomalia.

Junto as fotografias para completa elucidação:

1. Seja o primeiro de Dom Pedro Pueros, bispo eleito de Miranda. Segundo o epitáfio subposto, foi aio e mestre do príncipe D. Teodósio, o malogrado filho primogénio de D. João IV, que, morto muito novo (19 anos), levou para o túmulo esperanças justificadas de reinado ilustre.

O prelado faleceu a 14 de Março de 1649. Não pude obter mais pormenores biográficos ⁽⁷⁾.

⁽⁶⁾ Recentemente, na «Revista Municipal de Lisboa», n.º 120-121, trouxe à luz *Os Azulejos do Convento da Graça de Lisboa*, com ilustrações muito valiosas e de alto interesse, praticamente ainda desconhecidas.

⁽⁷⁾ Monsenhor José de Castro — *A Diocese de Bragança e Miranda* — não se lhe refere.



Brasão de D. Pedro Pueros, bispo eleito de Miranda

Como se vê, em vez do oval, eclasiástico, normal, é o masculino, da ponta inferior, o insculpido; em campo liso (?) três vieiras e, sob cada uma, seu leão rompante: o chapéu e as borlas são regulamentares.

O feitio do escudo é bem contrário às regras. Porquê? Não vejo explicação e deixo a pergunta aos heraldistas sabedores. A verdade é que os contactos com o herdeiro primitivo do trono (é óbvio) não lhe davam direito a infringir o estabelecido em armaria.

2. O segundo é de D. Jerónimo Fernando, bispo do Funchal, falecido a 2 de Maio de 1650, em Lisboa, com mais de 90 anos. Jesuita, foi nomeado por Filipe II, confirmado em 1618 pelo Papa Paulo V (Camilo Borghese 1605-1621), entrou na diocese em 1621. Provedor da Misericórdia, deu andamento à beatificação do Fr. Pedro da Guarda e, de seu bolso, mandou fabricar o órgão da catedral, tido como dos melhores da época. Em 1622, 1629 e 1634 convocou sínodos diocesanos; fez várias visitas pastorais, entre elas a primeira a Porto Santo, em 1632. Com os governadores do arquipélago o provedor da Fazenda e o clero teve desaguisados e bastas sensaborias. Governou as ilhas entre 1626 e 1628 com proveito e denodo, chegando a perseguir, a bordo de barco de guerra, os corsários argelinos que, em Janeiro de 1629, assaltaram a Madeira, destruíram a capela de Nossa Senhora da Conceição, na freguesia de Fajã dos Padres e saquearam o povoado. Saiu para o Continente em 1641 e não regressou à ilha ⁽⁸⁾.

Diz o epítáfio: «Quarto neto del-rei D. Duarte, pelo infante D. Fernando».

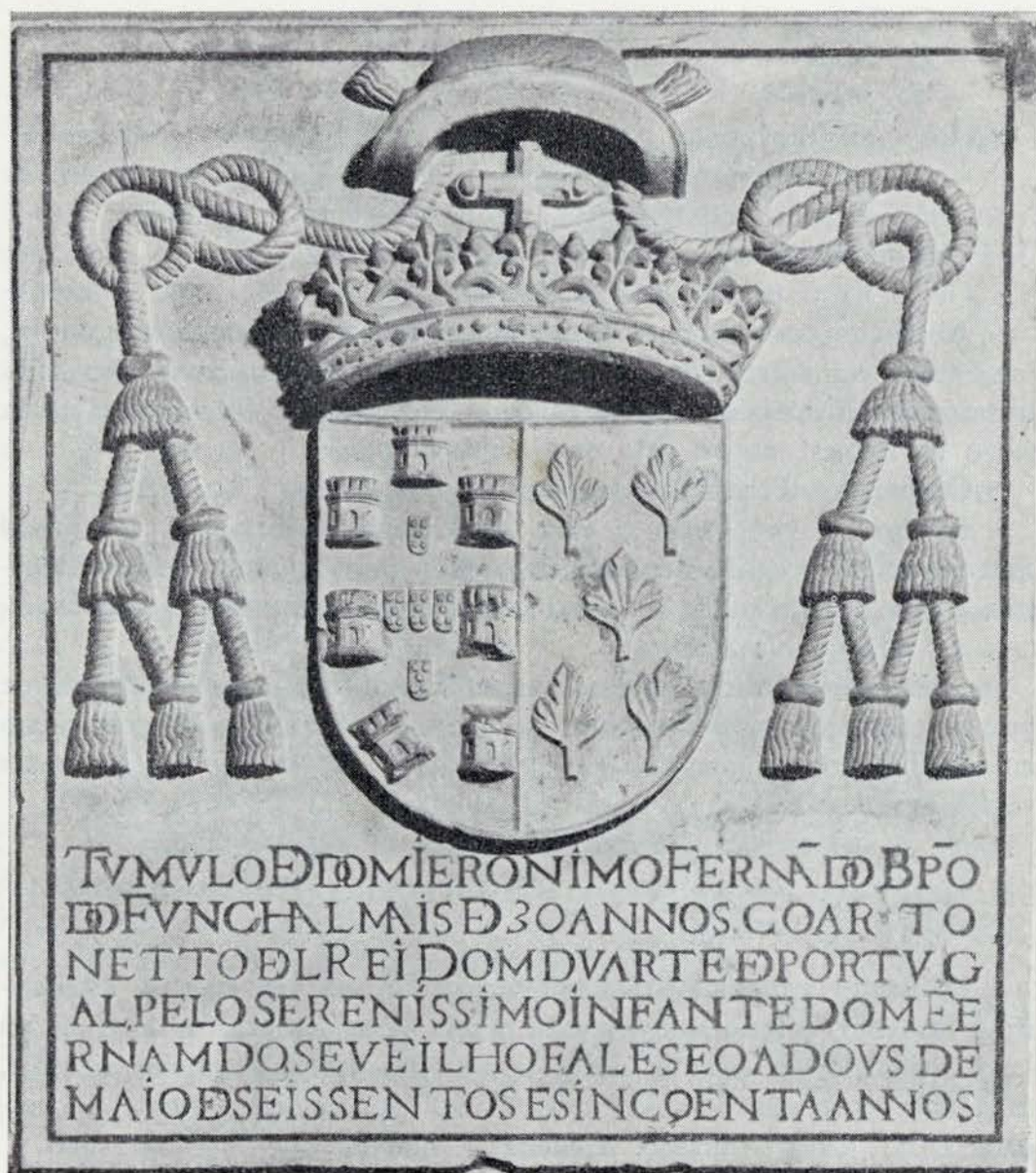
Como? Consultado o meu ilustre confrade da Academia Portuguesa da História e linhagista distinto, Marquês de São Payo, sobre a linha deste prelado, informou-me também não obter notícias.

O infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, casou com a infanta D. Beatriz (ou Brites), filha do infante D. João de Aviz, filho de D. João I; tiveram os seguintes herdeiros:

- D. Leonor, rainha de Portugal, pelo casamento com seu primo D. João II;
- D. Isabel, duquesa de Bragança, por casar com D. Fernando II, «o das Pernas Gordas», justicado em Évora ⁽⁹⁾;

⁽⁸⁾ *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira.*

⁽⁹⁾ Meyrelles do Souto — *A Tragédia da Praça Grande.* «Instituto», 1967.



Brasão de D. Jerónimo Fernando, bispo do Funchal

- D. Catarina, morreu novinha;
- D. João, 2.º duque de Beja e 3.º de Viseu, morto novo;
- D. Diogo, 3.º duque de Beja e 4.º de Viseu, apunhalado em Setúbal;
- D. Duarte
- D. Dinis
- D. Simão

falecidos muito novos;

- D. Manuel, rei de Portugal.

Ora de nenhum destes *se sabe* descender.

Quem foi o pai? o avô? o bisavô?

Aliás, tirando os duques de Bragança e el-rei D. Manuel, dos outros, julgo, não ter ficado geração — salvo de D. Diogo, havida em alta dama espanhola, era ele jovem (a duquesa viúva de Villahermosa), um outro D. Diogo, motivo pelo qual, faleceu solteiro.

O apelado «Fernando» sugere bastardia. Será?

Lembro, a propósito, o caso de Colombo — Salvador Gonçalves Zarco, suposto rebento ilegítimo da casa real portuguesa, segundo querem alguns⁽¹⁰⁾, o que, a ser exacto, explicava logo, por si, muita incógnita de vida do Navegador...

... Não nego, nem infirmo ou confirmo tais hipóteses: louvo-me nelas e contento-me em reproduzi-las... como são. Há mais mistérios no mundo, há mais enigmas (disse-o Shakespeare...) «do que pensa a nossa vã filosofia».



O escudo armariado, que apresenta, por sua vez joga ao estabelecido; sem bico inferior, no entanto, o feitio é o dos usados pelos varões leigos: partido em pala, à dexta traz Portugal (cinco quinas em cruz, cada uma carregada de cinco besantes em aspa; e sete castelos em bordadura⁽¹¹⁾); cinco folhas de figueira, à sinistra.

⁽¹⁰⁾ Artur Lobo d'Avila e Saul Santos Ferreira — *Cistobal Colon; Salvador Gonçalves Zarco — Infante de Portugal*, Lisboa, 1939.

⁽¹¹⁾ Não irei discutir o número de castelos, que se sabe, variaram com os séculos. Cf. Marquês de Lozoya — *El Blason de Portugal, Congresso História de Portugal Medieval*. «Actas», tomo II.

Portugal e Figueiredo, são, portanto, os apelidos registados.

Sob o chapéu eclesiástico, e entre as borlas normais, campeia coronel aberto de duque, encimado por pequena cruz.

IV

Estas duas assinaláveis excepções a quanto está regulamentado, parecem-me de certa curiosidade; e por isso as trouxe a público.

A fantasia e a imodestia fazem alarde, falhas, infelizmente, tão frequentes em quase todos nós. Em que se baseou D. Jerónimo para ostentar a coroa ducal?

Até D. Sebastião os nossos reis usaram-na; mas este soberano, primeiro que todos, substituiu-a pela real, fechada, à semelhança dos monarcas de França e da Inglaterra, e começou a ser tratado por Magestade — em vez de Alteza.

(D. Henrique, cardeal-rei, voltou ao tratamento antigo, mais modesto).

Mas D. Jerónimo, apontando-se descendente del-rei D. Duarte, não quis deixar esquecido o sangue régio, que, em 4.º grau, lhe corria nos vasos, e, pomposamente, o lembrou.

Simplemente: *ali*, o coronel ducal, enfeite espalhafatoso e estético, será clamorosa e abusiva infracção aos sacros direitos da Arte de Armaria.

(O 6.º filho de D. Manuel I, D. Afonso, foi criado cardeal em 1517. As suas armas, porém, expostas no tecto da célebre sala de Sintra, são iguais às dos outros príncipes. É verdade que as obras feitas no palácio, posteriores a 1507, como assegura Sabugosa⁽¹²⁾, podem ter sido anteriores à elevação purpurina de D. Afonso).

Fosse quem fosse, e como fosse, o facto visível e patente é o brasão deste bispo do Funchal fugir às leis heráldicas — sem que todavia o nascimento régio (legítimo, bastardo ou, quiçá, adúlterino) autorizasse o portador a infringi-las.

Dura lex, sed lex.

(12) Conde de Sabugosa — *O Paço de Sintra*.

Perfil de Uma Mulher (*)

pelo DR. JOSÉ CASSIANO NEVES

D. Leonor de Almeida Portugal, 4.^a Marquesa de Alorna e Condessa de Oyenhausen pelo seu casamento, foi imortalizada por Filinto com o nome de *Alcipe*, tal como ficou conhecida entre os poetas portugueses.

No dizer do Conde de Ficalho, Presidente de «Os Vencidos da Vida», os herdeiros das grandes casas «costumam herdar o som do nome, sem lhe herdar o sentido». Assim não aconteceu com os Almeidas, «... os temidos Almeidas, por quem sempre o Tejo chora», como escreveu Camões.

Seus tios, Luís que foi Bailio de Malta, e Fernando, ao tempo estudante em Paris, faziam parte de um grupo de «esclarecidos», que procuravam ilustrar-se além Pireneus.

Seu Avô, D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, Conde de Assumar e Marquês de Castelo Novo, Académico do número da Academia Real da História e seu Censor, foi Governador e Capitão-General de Minas, no Brasil, e Vice-Rei na Índia, onde praticou os mais altos feitos, assaltando e conquistando várias fortalezas, entre as quais a Praça de Alorna, como é testemunho a excelente «*Instrução do Ex.^{mo} Vice-Rei Marquês de Alorna ao seu Sucessor o Ex.^{mo} Vice-Rei Marquês de Távora*». Como prémio desta brilhante conquista, foi feito Marquês de Alorna «com o fim de perpetuar na sua família a memória de tão distinta acção».

Os altos feitos militares que ali praticou, tiveram a maior retumbância em toda a Europa culta, através das traduções das *Relações* de

(*) Palestra na Escola Técnica Elementar Marquesa de Alorna, na comemoração dos primeiros dez anos de existência, no dia 11 de Junho de 1968.



Sondem lith.

Lith. de M. D. de C^o II. N. de M^o 11. 1/2. 1/2.

Condessa d'Coynhausen

Copia dum retrato feito em 1781.

Condessa d. Coynhausen

esses feitos, vindas da Índia, publicadas em França e na Itália, reabilitando o espírito guerreiro dos Portugueses, que há muito parecia abatido e esquecido.

Neta materna dos justicados Marqueses de Távora, mercê do atentado contra o Rei D. José, na idade de oito anos, na companhia de sua Mãe e de sua irmã foi enclausurada no convento de Chelas, onde permaneceu dezóito anos, enquanto seu Pai dava entrada nos cárceres da Junqueira, onde esteve igual tempo. Apesar de toda a tragédia que atingiu a sua nobre casa, entregou-se ao estudo, cultivando as línguas, a filosofia, a música, a pintura e a poesia, algumas muito belas, denominadas de Chelas, constituindo o primeiro volume das suas *Obras*.

É notável e interessantíssima a correspondência assídua do Marquês de Alorna com sua mulher e filhas, sem dúvida fundamental para o estudo da época. O Marquês pessoa culta, ao tempo em que foi preso nomeado Embaixador para Paris, orientava dos cárceres da Junqueira a educação de suas filhas, estimulando os seus talentos naturais. Por vezes em campos opostos, o Marquês, por exemplo, entendia que Voltaire devia ser queimado, com o que sua filha Leonor não concordava, defendendo com argumentos válidos os seus pontos de vista.

Uma parte desta correspondência é confidencial, escrita com sumo de limão, a que o Marquês chamava letra branca ou letra cega, pois só com o calor se tornava legível. Numa dessas cartas escreve o Marquês, dirigindo-se às filhas: «... se vocês são tão bonitas por fora como vejo que são lindas por dentro, entendo que quantas Helenas e Cleópatras tem havido, lhe não são comparáveis em beleza». Veio enfim a hora da libertação, no dia 24 de Fevereiro de 1777, com a morte do Rei D. José.

Enamorou-se, e veio a casar com o Conde alemão Carlos de Oeynhausen, primo co-irmão do Conde reinante de Lipe, com quem veio para Portugal.

Dias antes do casamento, o Conde naturalizou-se português, e baptizou-se, sendo seus padrinhos a Rainha D. Maria I e seu Marido, mostrando assim quanto protegiam esta aliança. Uma vez casado, foi colocado no Porto, como comandante do 6.º Regimento de Infantaria. Aí começaram as primeiras reuniões literárias da Condessa, e aí lhe nasce a sua primeira filha, futura Marquesa de Fronteira.

O meio era pequeno, e D. Leonor não se conformava a ficar por ali, conseguindo da Rainha que seu marido fosse nomeado Ministro Enviado a Viena de Áustria.

Chega a Paris em 11 de Junho de 1780, onde foi bem acolhida por Luís XVI, e aqui frequenta os salões dos Necker, pais da futura M.^{me} de Stael, em cuja casa se reuniam os eruditos e os políticos do tempo.

Satisfazendo sempre a sua curiosidade e «a sua fome de coisas sábias», como escreve a sua irmã, em meados de Agosto chega a Viena.

Nessa faustosa corte, graças ao seu talento e ao prestígio do Conde de Oyenhausen, estava-lhe reservada uma situação ímpar, tomando parte activa em todas as manifestações literárias, artísticas e culturais. Até ao fim da sua vida, a Imperatriz Maria Teresa e seu filho deram à Condessa as maiores provas de estima e afeição.

De Viena correspondia-se com seus Pais e com sua irmã, a Condessa da Ribeira, mas o Marquês nunca respondia. Então a Condessa resolveu fazer o seu auto-retrato, que intitulou a «Solidão», enviando essa tela a seu Pai, que se encontra hoje no Palácio Fronteira, assim como o retrato de seu marido, feito muito mais tarde. Desde então o Marquês de Alorna passou a escrever regularmente a sua filha. Muitos outros quadros pintou, entre eles o do Amor Conjugal, que ofereceu à Princesa do Brasil, D. Maria Benedita, que se perdeu no incêndio do Palácio da Ajuda.

Ao fim de quatro anos regressou a Lisboa, e aqui ficou até o seu marido ser nomeado para o Governo do Algarve, lugar que não chegou a ocupar, pois faleceu apenas com 54 anos, a 3 de Março de 1793, com a patente de Tenente-General e Inspector-Geral de Infantaria.

Desde então, mais do que nunca a Condessa se entregou à poesia e à pintura, as suas mais queridas ocupações, umas vezes em Almeirim e outras em Lisboa, onde as suas reuniões se tornaram célebres, recebendo os sábios e os eruditos com particular acolhimento. Até 1839, a sua casa foi um foco de cultura anglo-germânica, por onde andou também Alexandre Herculano, ainda mocinho, e por isso lhe chamou a Stael portuguesa. Mercê das suas ideias e das suas extravagâncias, Pina Manique obriga-a a exilar-se, indo para Inglaterra, de onde só regressa em 1814. Em Londres, renova as suas relações com M.^{me} de Stael, ali também exilada por motivos políticos.

Entretanto, seu irmão o 3.^o Marquês de Alorna, comandante da Legião Portuguesa, falecia em Königsberg, em 1813, e a Condessa, uma vez em Portugal, consegue reabilitar a sua memória, herdando o marquesado e a fortuna, passando a intitular-se 4.^a Marquesa de Alorna.

Não ficou por aqui a sua torturada vida, pois em 1822, apenas com 29 anos, morre-lhe o único filho varão, Conde de Oyenhausen João Ulrico, também imediato sucessor à casa e título de Alorna.

As saudades imensas deste filho transformaram a sua vida, absten-
do-se de toda a convivência, passando largas temporadas em casa de seu
neto, o 7.º Marquês de Fronteira e 5.º Marquês de Alorna, autor de
umas interessantes *Memórias*, onde tanto fala de sua Avó.

É notável a obra literária da Marquesa de Alorna, publicada em
1844 em seis volumes, se bem que sejam imensos os inéditos.

Em 1941, o Professor Hernâni Cidade, nos *Clássicos Sá da Costa*,
publicou um volume de *Inéditos*, mas o que está por fazer é muito,
mesmo muitíssimo, e «oxalá não demore o benemérito biógrafo que res-
suscite, na memória débil dos Portugueses, a espiritual figura desta
mulher encantadora», escreve o mesmo Professor.

Com 89 anos, a 11 de Outubro de 1839, falecia a Marquesa de
Alorna a quem Alexandre Herculano ficou devendo muito da sua for-
mação, e que no dizer de Castilho foi «a mais afamada mulher que Por-
tugal tem produzido».

A exemplo do que se fez em França, onde se fundou uma *Société
des Études Staëliennes*, de que é presidente e fundadora a Condessa
Jean de Pangué, bem merecia a Marquesa de Alorna dar o seu nome
a um Centro de Estudos com os mesmos fins. Era a mais justa home-
nagem que se podia prestar ao seu imenso talento.



LISBOA E A BASE ROMANA DA LINHA DO TEJO

Conferência proferida na sede do Grupo
"Amigos de Lisboa"

pelo DR. LEONEL RIBEIRO

A história da ocupação romana da Lusitânia está por fazer. Escreveu-se muito sobre Viriato e as suas campanhas, mas quase se não teve em conta que estas se processaram, praticamente, fora dos limites lusitânicos, não obstante o saber-se que a Lusitânia não romana abrangia pelo Norte a Galaecia e as Astúrias ⁽¹⁾ e pelo Sul, a região de além Guadiana até à serra Morena ⁽²⁾.

Tais factos — sobretudo o de os lusitanos haverem lutado fora das suas terras, teve capital importância na respectiva sobrevivência, pois a guerra nunca afectou os núcleos criadores (mulheres e crianças) — garantia principal de sobrevivência rática e tradicional).

Nada se sabe por exemplo da submissão de Lisboa à ordem romana, mas o facto dela ter sido chamada Felicitas Júlia e elevada a Município dá a entender que se tratou mais duma relação contractual de aliada ou, pelo menos, de simpatisante neutral, colaborante, que de outra coisa.

Esta hipótese não deve admirar-nos: a velha Olissipona e os chefes lusitanos procuraram quase sempre o entendimento com a máquina romana e isto, tanto desde os primeiros contactos ⁽³⁾ como nos tempos do próprio Viriato e seus sucessores. A ser verdadeira a hipótese, há que procurar-lhe a causa profunda: para nós, a massa lusitana, ao lado duma valentia e duma inteligência indubitáveis, teve sempre muito (e parece continuar a ter) do senso prático do «velho do Restelo» — ao contrário

(1) *Plínio*, 4, 118; *Estrabão*, p. 164; cit. por A. Schulten em *F. H. A.*, vol. v, pp. 184, 202, 326 e 337.

(2) *Políbio*, 35, 2, cit. por Schulten, *F. H. A.*, vol. iv, p. 100.

(3) *Apiano*, *Iber.*, pp. 58-60 e *Arosio*, pp. 4, 21, 10, *id.*, *id.*, pp. 309-311.

do espírito quixotesco vizinho que teima até à perda total, os nossos avós (e nós próprios) parece terem tido sempre em conta as grandes probabilidades e o perigo dos grandes exageros (Alcácer Quibir, como o encontro de Albufeira, são excepções pessoais, possivelmente sàbiamente exploradas por terceiros com fins de mais valia, ou patrióticos, ou traiçoeiros).

Com efeito, à chegada dos romanos, Lisboa e a linha do Tejo estavam densamente povoadas e a sua importância económica — produções minerais (ouro, cobre e estanho), agrícolas e animais eram conhecidas e celebérrimas em todo o Oriente civilizado (Atílio, 152 a Cr.).

A riqueza pastorícia dos tempos megalíticos, e a intensa mineração do ouro, cobre e estanho dos tempos do bronze ainda deviam deixar muitos ecos, conhecimentos e factos tradicionais de convivência social, mercantil sobretudo.

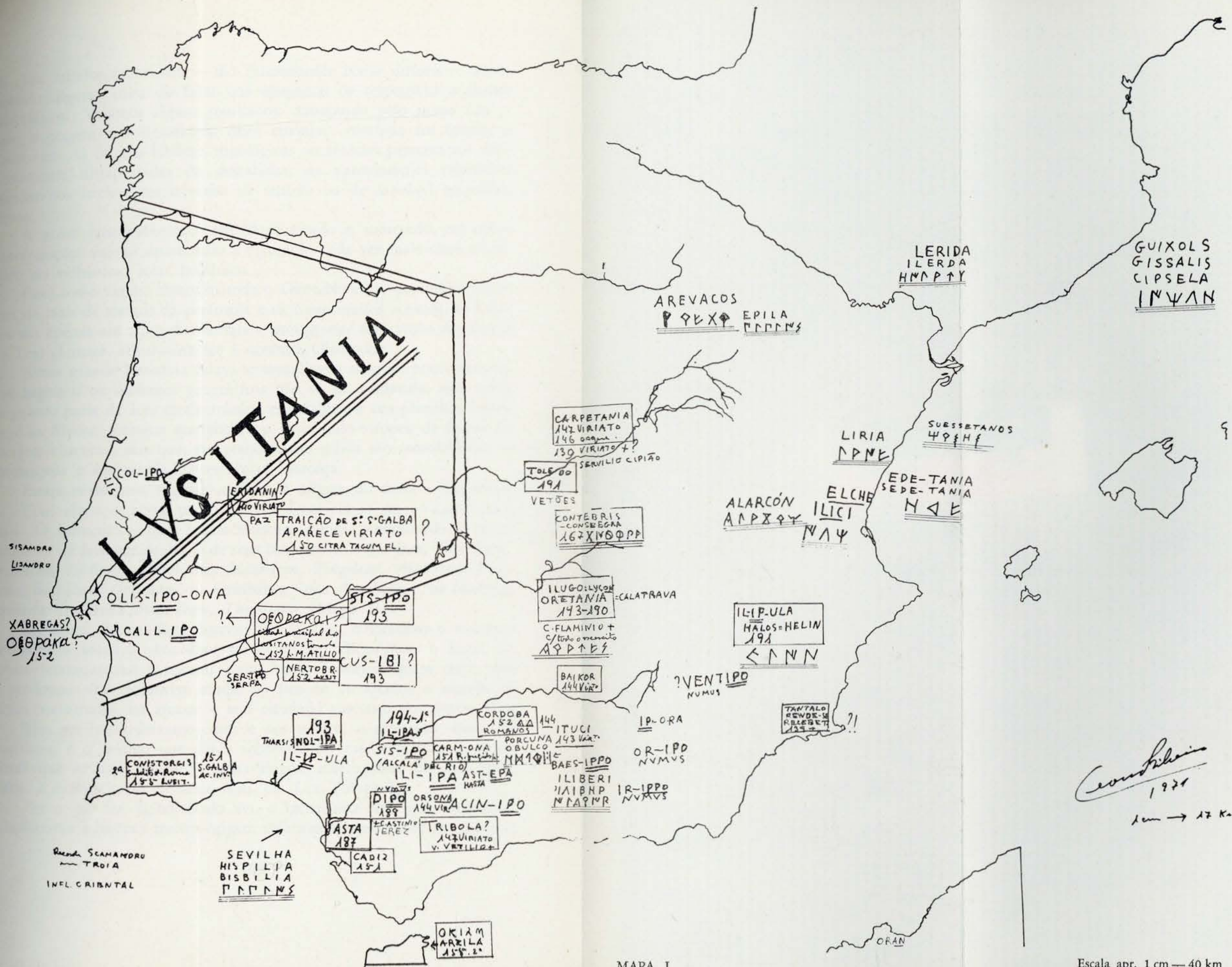
Lisboa não deve ter lutado muito com as legiões romanas — pactuou com os pretores.

Só esporadicamente nos aparece uma notícia não confirmada, de que Roma tinha conquistado Oxtraca — a principal cidade dos lusitanos e (*) onde teria sido esta capital?

Para nós, e em vista da importância que os estuários — Tejo e Sado então tinham — aquela grande cidade ou capital lusitana era já Lisboa! — não a grande Lisboa que hoje conhecemos, mas uma cidade pequena, sobranceira ao Tejo e à lezíria das famosas e velozes éguas «fecundadas pelo vento» —, sítio que mantêm ainda hoje as mesmas características: cidade alta, porto fluvial — cidade e local que, para nós, ainda mantêm o seu nome bimilenário prelatino: *Xabregas* ou *Enxobregas*, na sobrevivência do nome apiânico «*Oxtraca*», por «*Oxtraga*» que, na língua local do tempo, parece dever querer dizer «o lugar do santuário do rio». Olissipona deve ter sucedido a Oxtraca quando o alto escarpado do Castelo possibilitou uma defesa mais fácil, possivelmente devido a maiores ameaças de novos invasores, talvez os celtas.

Mas Olissipona, como Enxobraga, seriam apenas os centros indígenas mais importantes da linha do Tejo: Carcavelos, Oeiras, Caxias, Arroios, Moscavide, Camarate, Alhandra, Xira, Scalabim, Morón (Alporão), Coruche, Tancos, Constância, Abrantes, Zêzere, Nabão, Precana, Ocrea, Ródão, Ponsul, Sever, Aravil, Ergas ou Elgas, etc., são tudo topónimos ou hidrónimos pré-latinos, indígenas portanto, de raiz lusitânica.

(*) *Conquista atribuída ao pretor Marco Atílio* por Apiano, *Iber.*, p. 58 em «F. H. A.», vol. IV, p. 99.



Conde Silveira
1971
1 cm → 17 km

MAPA I

Escala apr. 1 cm — 40 km

Em estudos laboriosos — tão interessantes como difíceis — vai-se sabendo alguma coisa do falar que «baptizou os respectivos acidentes geográficos. Vejamos alguns resultados, começando pelo nome *Luz-Itan*: a origem e o significado deste etnónimo continua em estudo, a nosso ver. As origens bíblicas, mitológicas ou fenícias parecem-nos definitivamente ultrapassadas ou descabidas; as aproximações celtizantes parecem-nos irrelevantes e vazias de sentido ou de razoável enquadramento.

A nosso juízo, alicerçado em longo estudo e, sobretudo, em novas interpretações vai-nos aparecendo a figuração cada vez mais clara e coerente do velhíssimo solar lusitânico.

Este, como vimos, abrangeu todo o Oeste-Noroeste peninsular numa área de mais de metade da península e se, como muitos aceitam, os Luzones são apenas um ramo dos lusitanos, essa grande área vinha das fontes do Tejo (*Luzaga*, *Albaracín*) até à oceânica *Olissipona*.

Nessa grande Lusitânia falava-se uma língua simples, pouco tratada, que baptizou os acidentes geográficos não só da península, mas ainda de grande parte da área mediterrânica, especialmente nos planaltos hititas da Ásia Menor — língua que encheu o latim indo-europeu de nomes de «origem obscura», mas que, em grande parte, ainda são reconhecíveis na enferrujada e maltratada sobrevivência vasconça.

Estará neste caso, segundo cremos, a origem do nome — *Lusitânia*:

Com efeito o nome parece deixar decompor-se em — *Luz-(Lus-)*, *Itan*. O elemento — *Itan* é característico, muito generalizado e quase exclusivo da área peninsular, e de seus contornos: — *Lus-Itan*, *Turd-Étan*, *Iged-Itan*, *Ed-Étan*, *Bilbil-Itan*, *Maur-Itan*, *Ting-Itan*, *Aruc-Itan*, *Vesc-Itan*, *Bast-Itan*, *Org-etan*; na vizinhança vasca *Aqu-Itan* e, na fronteira aquática de África *Maur-Itan*, *Ting-Itam* (Mapa I).

Se, agora, diante desta distribuição de *-Itan*, colocarmos o vasconço declinatório locativo *-Étan-Itan* tal como em *Mend-Itan*, o lugar do monte; começaremos a encarar como muito provável, quase certo, que o pré-latino *-Itan* sobrevive ainda, ao fim de 20 séculos e através de tantas vicissitudes, no arcaico e mal estudado vasconço dos nossos dias.

Mas se, como deixamos dito e nos parece, o elemento *-Itan*, de Lusitânia, é o mesmo que ainda sobrevive no vasconço, não se estranhará que se haja procurado nesta língua, infelizmente tão mal apreciada, a existência do elemento *-Lus-* ou *-Luz-* (Mapa I).

Foi o que fez, já no século XVI, o Licenciado Poza que, atribuindo a lusitanos e a lusões a mesma origem, relacionou esses nomes com o adjec-

tivo *Lutzi, Luze, Luce, Lus-* que tem o significado principal de *comprido, extenso, dilatado*, o que levou Poza a afirmar que o nome *Luso* «significa, em vascuence, un hombre *largo* de estatura». Boudard, no século passado, apontou, para o efeito, o mesmo adjectivo, dando-lhe o sentido de «flecha» (5).

Na verdade, essa raiz tem ainda grande vivência em vasconço, como se pode ver por alguns exemplos: *Sudurluze*, nariz *comprido*; *Zancaluze*, perna *comprida*; *Belarriluze*, orelhas compridas, asno; *Arriluce*, pedra grande; *Echeluca*, casa *comprida*; *Mendiluce*, monte extenso, *comprido*, etc.

Vistos estes factos, agora, em relação à Lusitânia e aos lusitanos, as conclusões aparecem-nos não só lógicas, mas ainda quase necessárias: como se sabe, a Lusitânia pré-romana era a mais *extensa* das regiões peninsulares indo, das fontes do Tejo, à Serra Morena, ao Guadiana, à foz do Tejo e, para o Norte abrangendo ainda a Callaecia e as Astúrias, pelo que lhe assentava bastante bem, como designativo, a (região) *extensa, a dilatada*; se, porém, se tiver o Tejo em atenção, a curiosíssima hipótese de Arlindo de Sousa no sentido de que o *Tejo teve o nome Luso* e isto com base numa citação de Florez, então a atribuição ainda era mais coerente e mais natural porquanto o Tejo é, realmente, o rio mais *comprido* e mais *importante* da península, o verdadeiro *rio grande!*

A ter sido assim, e cremo-lo bem que foi, o nome Lusitânia vem da velha raiz indígena, pré-romana, que ainda tem sobrevivências no vasconço, que se falou por toda a península, que foi vencida pelo latim, mas que a este deu muito mais do que até agora se tem julgado, e que nos parece, cada vez mais, ter sido a descendente directa do europeu popular que nas Idades do Eneolítico e do Bronze baptizou os principais acidentes de todo o contorno mediterrânico, desde a Lusitânia atlântica até à Ásia Menor do Império Hitita (6).

Língua que há de acabar por ser estudada e conhecida porque, além do mais, foi dela que saiu, muito trabalhado e enriquecido, o *Europeu Erudito*, (indo-europeu se quiserem) que, em textos cuidado-

(5) Licenciado Poza — *Antigua Lengua de las Espanhas*, Bilbao, p. 1587, 2.^a ed., Madrid, 1959, 16 v.

P. A. Boudard — *Essai sur la numismatique iberienne précédé de recherches sur l'alphabet et la langue des Ibères*, Paris, 1859, p. 69.

A. A. Mendes Corrêa — *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, 2.^o Milhar, Porto, pp. 86 e seguintes.

(6) Arlindo de Sousa — *O nome LISBOA*, 1948, pp. 45 e seg., cita Fr. Henrique Flores, *España Sagrada*, tomo XIII, pp. 3-4, da ed. Madrid, 1782, e Marciano Capela, algures.

samente compostos e decorados, foi religiosa e apaixonadamente ensinado por toda a parte onde hoje, ou dantes, se falam as chamadas línguas indo-europeias, — afinal e unicamente o *europæu disperso!*



Mas deixemos a Lusitânia e as suas raízes e analisemos outros topónimos nossos com sobrevivências em vasco, começando pelo *nome de Lisboa*:

Um estudo atento exige que a decomposição desta palavra, na forma antiga, se faça assim: *Olis-ip-ona*. A ter sido assim, o quadro já coerente da influência vascoide toma vulto e maior segurança: começando pelo sufixo locativo — *On, Ona* —, notaremos que a sua distribuição em topónimos é também característica e quase exclusiva da nossa península: em Portugal, com *Olisipona*, encontramos *Hermona*, hoje Armona, praia agarvia; *Ainona* ou *Aianona* ao Sul de Caparica, *Dipona*, no Alentejo, uma possível *Calipona*, de Callipo, que deu a Califórnia actual do Sado e quem sabe se outras de tipo mais moderno como Rinchoa, Madragoa, etc. e, em Espanha, o número de tais terminações conta-se por centenas, bastando dar alguns exemplõs de formas antigas: Carmona, Gerona, Tarragona, Barcelona, Cazlona, Obulcona (Porcuna), etc., etc. (Mapa II).

Pois bem: este sufixo locativo já foi aduzido pelo licenciado Poza, no século XVI, como sendo o vasconço — *On, Ona* —, que signifca *bom, aqui, termo*, subentendendo-se o respectivo substantivo: Carm-ona, o bom termo de Carmo; etc. tal e qual como para *Olisipo-ona*, diríamos, hoje, em linguagem corrente o *bom* termo de Olissipo (vide mapa II).

Prosseguindo, surge-nos o elemento anterior ou médio — *Ip, Ipo* —. Como os outros elementos já estudados, a distribuição deste continua a ser característica e também *quase exclusiva* da nossa península.

Em Portugal registam-se, pelo menos, mais *D-ipo, Call-ipo*, (Sado) e *Col-ipo*, Leiria; em Espanha são muitos mais: *Acinipo, Baesipo, Cedriipo, Ostippo, Seripo, Ventipo, Sisipo* e na Anatólia, fortalecendo relações cada vez mais claras, *Alepo, Nisip, Sisip*, etc.

Pois bem: se quisermos notar que estes topónimos em — *Ip, Ipo* — são, praticamente, ou nome de rios, ou nomes marginais como portos ou cidades fluviais, não podemos deixar de aproximar o substantivo vasco *Hibi, Ibi, Ube*, «vau de rio» ou passagem a pé pela água, na verdade, um sítio especial de qualquer rio, o lugar onde mais facilmente

ele se transpõe ou atravessa. Mais um caso é este, por tanto, que não devendo ser acaso, vem fortalecer o quadro do raizame indígena que deu o vasconço.

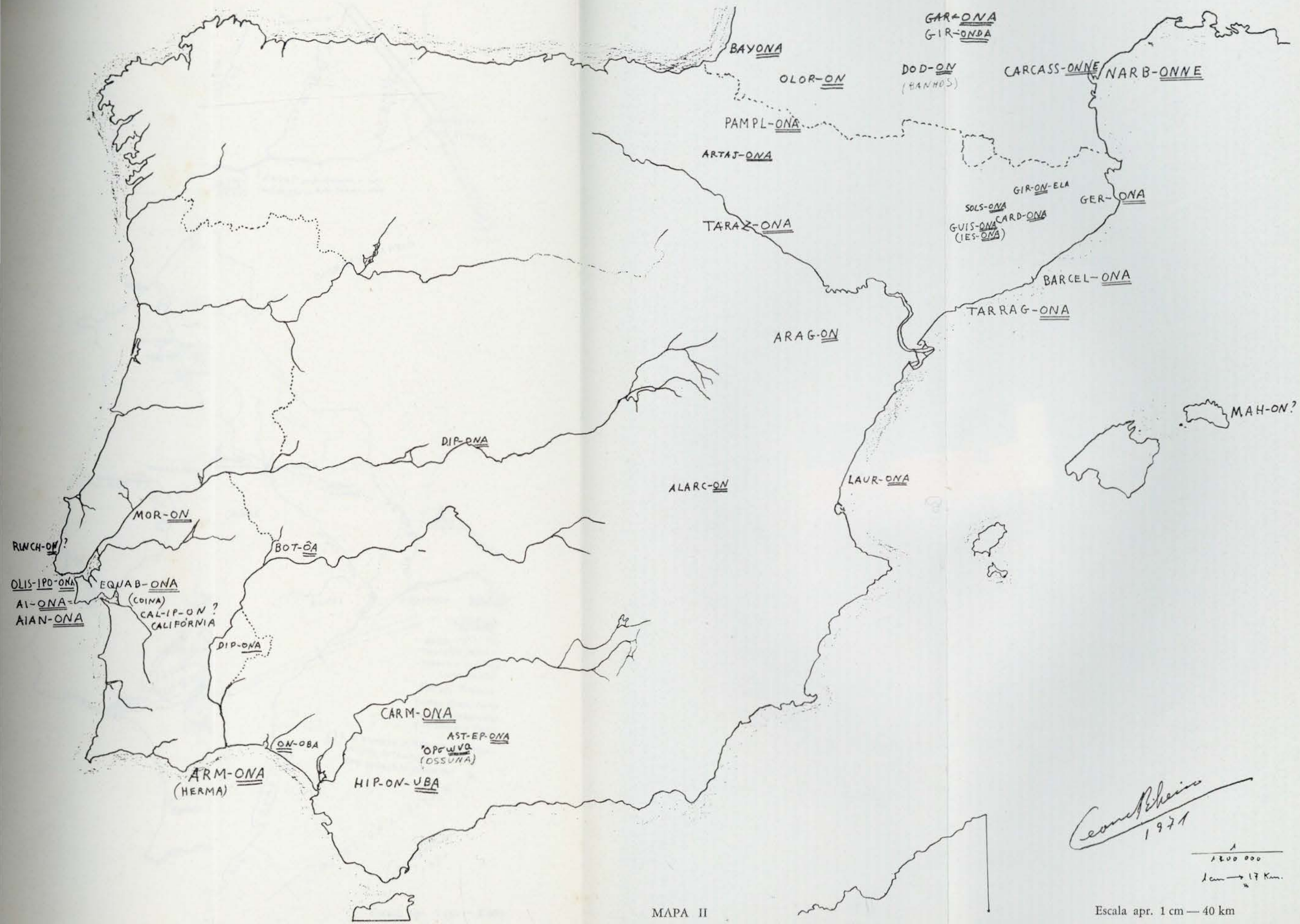
Mas o nome da nossa Lisboa talvez ainda ensine mais, no mesmo sentido: o elemento *Olis-, Lis-* (compare-se Lissabona e Lisboa) também não é isolado: entre nós repete-se no nome do Rio Lis e no do Rio Lis-andro (Ericeira). Temos a impressão de que este nome se relaciona com a Raiz i.e: *Legh I*, lat. Levis, grego Leios, *liso, unido*, com todas as suas variantes já muito modificadas, mas que, em vasconço existe ainda na forma primitiva *Liza* donde, muito provavelmente, vem o nosso «liso» e seus compostos, nada de origem latina. Teríamos então que este elemento do nome Lisboa teria baptizado, talvez, entre o Carmo e o Castelo, um vau de pedras *lisas, polidas*, no atravessamento do antigo esteiro que, pela Baixa actual, chegava até às Portas de S. Antão!

O nome Lisboa, na sua origem, teria então significado o «*termo, o sítio bom do vau liso* (de pedras *lisas, gastas*, como continuam a ser as escadas calcárias desta velha capital! Ela teria tido, assim, uma origem indígena, pré-indo-europeia e pré-latina, ou seja um raizame muito profundo do mais antigo substracto linguístico da Europa Ocidental.

Com mais esta interpretação, repetimos, continua a engrandecer-se e a robustecer-se o *quadro indígena*, certamente autoctone na sua grande maioria, portador do admirável conjunto de virtudes e de resistências que fizeram sobreviver a Lusitânia quase indómita e que permitiu aos vascos — essa relíquia étnica que tanto merecia guardar-se e consolidar-se — resistir à onda avassaladora do latim imperial, fazendo o milagre de conservar, apesar de tudo, o principal da sua linguagem e das suas tradições!

Mas o quadro continua a crescer e a tornar-se cada vez mais claro: o Arroios lisboeta, embora ligado, talvez, ao *Arrugium* que Plinio foi buscar ao vasconço quando descrevia as ferreiras ou fundições vascas, onde se designava *Arragua* o crisol ou caleira, (rego), em que caía o ferro em fusão, saído do minério ali derretido, é nome indígena.

Mais e mais: Moscavide, o novo subúrdio citadino cujo nome nada tem de moscas nem de vides é, indubitavelmente, um composto indígena, talvez mais recente, que também sobrevive no vasconço actual, onde tem a forma *Puzkabide*, «atalho» e «*caminho*» com um significado que é o mais próprio possível para aqueles que, tendo de viajar de Lisboa para o Norte, podiam atravessar o Rio Trancão em Sacavém, fazendo um atalho, em vez de terem de o contornar no Tojal, caminho este, bem

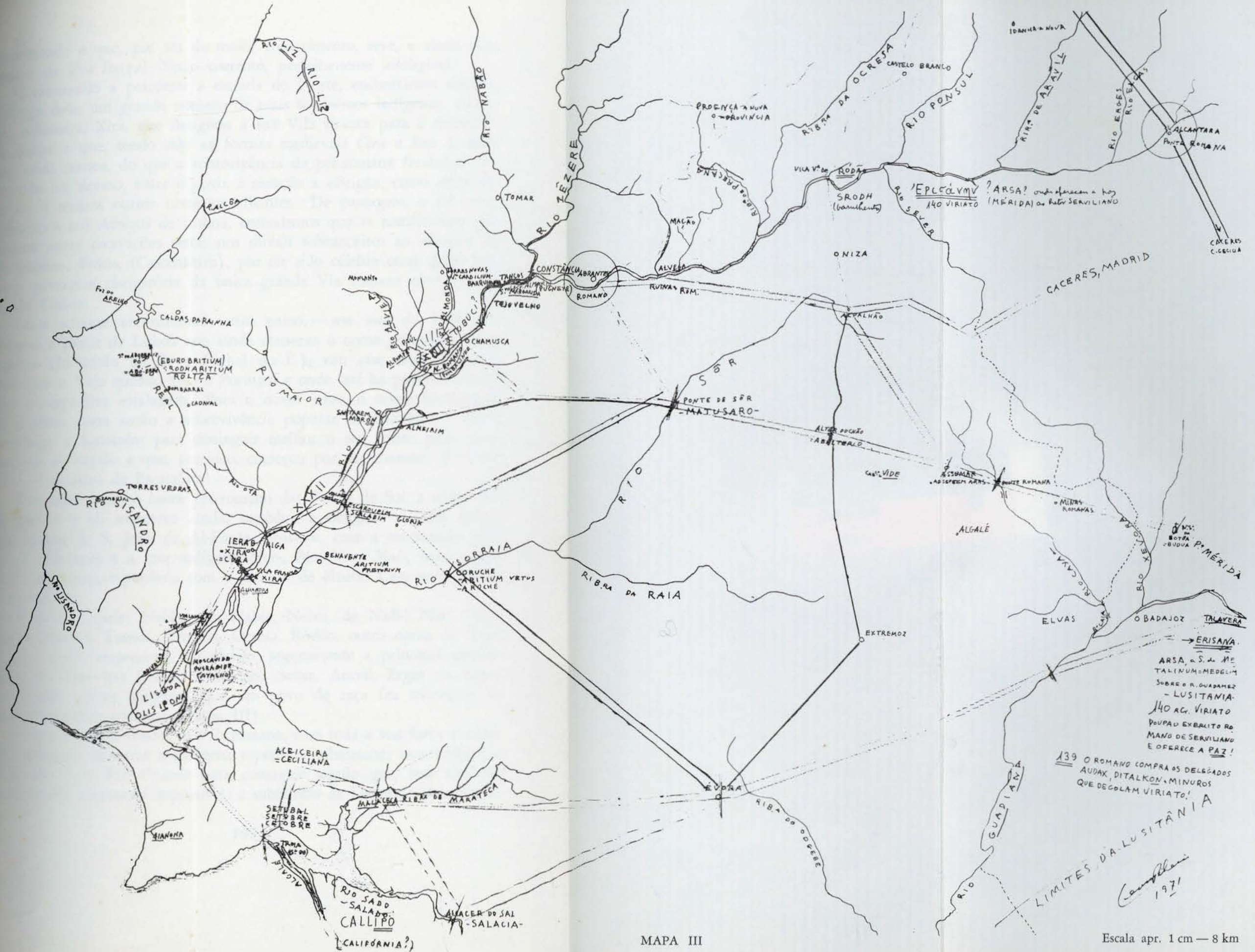


MAPA II

Leon Pichero
1971

1:200 000
1 cm → 17 Km.

Escala apr. 1 cm — 40 km



ERISANA
 ARSA, a S. de ME
 TALINUM = MEDELIN
 SOBRE o R. GUADAMEZ
 - LUSITANIA -
 140 AC. VIRIATO
 DOUPOU EXERCIUO RO
 MANO DE SERVILIANO
 E OFERRECE A PAZ!

139 O ROMANO COMPRA OS DELEGADOS
 AUDAX, DITALKON, MINUROS
 QUE DECOLAM VIRIATO!
 LIMITES DA LUSITANIA

Campiliani
 1971

MAPA III

Escala apr. 1 cm — 8 km

documentado e que, por ser de maior comprimento, teve, e ainda tem, o nome de *Via longa!* Tudo coerente, perfeitamente inteligível!

Continuando a percorrer a estrada do Norte, encontramos sempre, ao longo dela, um grande número de mais topónimos indígenas: Camarate, Alhandra, Xira, que designou a sua Vila Franca para a distinguir das outras e que, tendo tido as formas medievais *Cira* e *Sira* é, nada mais, nada menos, do que a sobrevivência da pré-romana *Ierabriga*, por ter caído em desuso, entre o povo, a menção a «Briga», como *Abobriga* deu *Pó* e muitos outros casos semelhantes. De passagem, e tal como já dissemos aos Amigos de Lisboa, entendemos que se justificariam plenamente umas escavações sérias nos olivais sobranceiros ao «Senhor da Boa Morte», Povos, (Castanheira), por ter sido célebre como porto fluvial e passagem obrigatória da única grande Via romana *terrestre* que saía de Lisboa.

Mais adiante encontramos outro passo, — *um vau do Tejo* e o primeiro a partir de Lisboa que ainda conserva o nome primitivo «*Escaroupim*» (Mouchão do E., e Pinhal do E.), vau esse onde Filipe II atravessou o Tejo quando veio a Portugal e onde, até há pouco, se encontrava a respectiva estalagem. Para o nosso juízo, o nome Escaroupim não é outra coisa senão a sobrevivência popular de *Scalabim*, o nome que chega a Santarém para distinguir melhor o seu castro pelo *nome principal da região* e que, por isso, começou por ser chamado *Escalabim-castro* — o castro de Escalabim!

Por outro lado, o nome pré-romano das Portas do Sol, a nosso ver, era *Morón* e ali sobrevive ainda, também, a designar a velha igreja, hoje Museu de S. João de Al-Porão. *Mor-Ón*, com a terminação *-On*, que já referimos e a raiz indígena *Mor-*, *Mol-Mur-* *Mul-*, muito espalhadas em nossa toponímia com o sentido de altura: *Cara-mulo*, altura escarpada, etc.

É mais e mais: Nabão, cp. *Nabia*, *Neiva*, de *NaB-*, *NaP-* claro, branco; *Zêzere*, *Tancos*, *Precana*, *Ocresa*, *Ròdão*, outro nome do Tejo, da raiz *Srodh*, *impetuoso*, *barulhento*, seguramente a principal característica do Tejo nas Portas de *Ròdão*. *Sever*, *Aravil*, *Erges* ou *Elgas*, etc. — tudo nomes indígenas que um povo de raça fez sobreviver às duras imposições romanas (Mapa III).

Como estamos vendo, pois, o romano, com toda a sua força e saber, não conseguiu obliterar a indígena toponímia ribatejana; mas soube servir-se do nosso Rio *Grande* para conseguir aquilo que, sem esse rio, talvez se lhe afigurasse impossível: a submissão da Lusitânia setentrional.

Parque o fez, como o fez, é a revelação principal desta palestra desprentenciosa. Mas vejamos, primeiro, o quadro em que tais acontecimentos se processaram:

As primeiras notícias que temos sobre os combatentes lusitanos são, segundo T. Lívio, as atribuídas a Aníbal quando em 218 a.Cr. e já transpostos os Alpes, procurava captar o entusiasmo dos seus mercenários lusitanos e celtiberos, dizendo-lhes:

«Bastante haveis perseguido rebanhos pelos montes da Lusitânia e da Celtibéria sem ver por isso nenhuma recompensa de tantos perigos e fadigas; tempo é já, pois, de que façais uma guerra mais rica e proveitosa e consigais o prémio do vosso trabalho.»

Por esta e outras referências sabemos que a veloz cavalaria lusitana e os seus ágeis peões, especialmente eficientes nos combates em regiões abruptas, tendo participado, decerto com bastante peso, nas sucessivas derrotas dos romanos, se puseram bem ao corrente das tácticas e das técnicas de combate, quer dos cartagineses que então lhes pagavam, quer dos romanos a quem haviam ajudado a derrotar.

Terminada a guerra de movimento em Itália, entregue às «delícias de Cápu» o grande Aníbal e modificada a situação em Espanha com a actividade dos Scipiões que, por sua vez começavam a procurar os mesmos mercenários para fortalecerem as suas legiões, é de crer que muitos dos mercenários lusitanos em Itália, mortos de inacção, se tenham dispersado ou, mesmo, passado ao inimigo pois é, pelo menos, bem sabido que a sua forte cavalaria, de cuja falta Aníbal tanto de queixou na final e decisiva batalha de Zama, já não estava com ele na travessia para Cartago.

É por isso natural pensar que alguma coisa, entretanto, se passara com esses temíveis cavaleiros e não será ousado demais supor que, mercenários por mercenários e vendo o poder da própria Roma e da sua Armada, pactuassem com os romanos que tanto os admiravam, como temiam.

Este estado de coisas, ou semelhante, deve ter influído no espírito dos chefes lusitanos, sobretudo depois da destruição de Cartago. Na verdade, se esta, com todo o seu génio e poder militar nada mais conseguira do que vitórias fugazes a terminar num aniquilamento total, como poderia a península, sem organização e sem meios, resistir ao avanço romano?

A nosso ver, só dentro deste quadro se justifica a ausência de lutas e de notícias sobre a ocupação romana ao Sul do Tejo. Como já vimos, fala-se esporadicamente na conquista da *grande Ostraca*, muito possivelmente a nossa *Enxobregas* — silêncio que parece dever explicar-se mais por uma submissão ou acatamento mais ou menos contractual, do que por uma conquista guerreira propriamente dita. A própria designação de Felicitas Júlia dada ao Município Olisiponense, a concessão gradual de liberdades e de entendimentos, e a própria traição de Galba que tão censurada foi em Roma — tudo isso atesta, nos lusitanos, um estado de espírito reflectido e quase sempre disposto ao entendimento com Roma.

E de notar é ainda que depois destes primeiros contactos e para sempre, continua a observar-se por entre os lusitanos, e especialmente com o próprio Viriato, o desejo de viver em paz com os romanos, contanto que dentro das suas liberdades.

O NORTE DO TEJO E O COVIL DOS HERMÍNIOS

A curta passagem de Júlio César pela Lusitânia litoral e o seu desaire, em Peniche ou no Baleal, por falta de naus e desconhecimento das marés, a enorme fraqueza e dificuldade dos comboios romanos de abastecimento por via interior, da Citerior à Ulterior, a surpresa, a velocidade, as tácticas diabólicas e desconcertantes dos chefes lusitanos, cedo levaram os romanos a modificarem o seu dispositivo de conquista: a capital romana da Lusitânia é levada para Emerita Augusta, já quase na Bética, bem segura; foi a grande base administrativa (a grande maioria da amoedagem romana passou a ser feita ali), mas era insuficiente como base militar; ¿Que fazer?

Lisboa, a Felicitas Júlia, comerciante, pacífica, muito acarinhada, colaborava, ganhava imenso, mantinha o seu governo próprio, o seu espírito alegre e comunicativo, alindava-se mesmo, tratando a sua natural beleza com o maior requinte, até helénico! — o teatro romano da Costa do Castelo é de planta grega!

Mas a Olisipo romana, como a bela «alfacinha», nem por isso pôde deixar de ser afincadamente patriótica: livrou-se do pesadelo da guarnição romana, da presença (não grata?), do Pretor — soldados e justiça passaram para o Praesidium Júlia (Scalabicastro), assim como a sede do Convento Jurídico.

Mais do que isso: se foi inegável e puro o seu patriotismo, pois conseguiu, em tão perigosa conjuntura, conservar, «não só os dedos, mas ainda a maior parte dos anéis»!; a Lisboa de Júlio César foi, *sobretudo, clarividente*, pois mediu bem, então, a força das coisas e, por isso, pôde manter íntegro o seu núcleo populacional e tradicional — conjunto e tesouro esse que foi, até hoje, a força que nos tem permitido viver e sobreviver, continuando a sua velha lusitanidade!

¡Que diferença para a teimosia quixotesca da sua parente Numância que, tendo dado ao mundo uma lição imorredora de coragem e de sacrifício, acabou por ser completamente arrasada, com o total extermínio do seu núcleo humano! ¡Dessa teimosia heróica, mas terrivelmente insensata, só restam ruínas, sombras de morte e de triste aniquilamento; de ti, Lisboa romana, da tua *oportuna clarividência* resta *vida*, resta uma interminável sucessão de grandes coisas, resta, finalmente, a formosura tua e das tuas «alfacinhas», cada vez mais belas — uma e outras!



Chamada assim Lisboa à colaboração romana pelo génio de César, este, vendo que a Lusitânia montanhosa, com o seu centro nos Hermínios, continuava sendo, apesar de tudo, uma ameaça constante e implacável de «salteadores e bandoleiros» que tornava quase impossível a passagem terrestre de comboios de abastecimento e ainda sujeitava a vizinha Bética, e mesmo algo da Tarraconense, a razias destruidoras, incompatíveis com a orgulhosa dominação romana, resolve o problema organizando a *grande base da linha do Tejo*, que se veio a mostrar terrivelmente eficiente:

A parte fraca da Lusitânia era a sua costa, sem naus de guerra. Os seus barcos de «vime e couro», leves, rápidos, tão próprios para o serviço de pesca e de guerras locais em praias batidas pelo vento e de grandes marés, não poderiam nunca opor-se às pesadas, lentas mas agueridas naus romanas. Estas entram à vontade pelo Tejo, servem-se, desconfiadas, da quase livre Felicitas Júlia, sobem em coluna numerosa pelo rio calmo e sem oposição fácil, fortificam Escalabicastro, guarnecem o seu Prasidium Julium, de que fazem a sede do Convento Jurídico, substituem a Morón indígena pelo nome regional de Escalabim, sobem o rio e, inteligentemente, como Albuquerque em Goa, aproveitam as madeiras descidas pelo Zêzere, em dias de paz e certamente bem pagas,

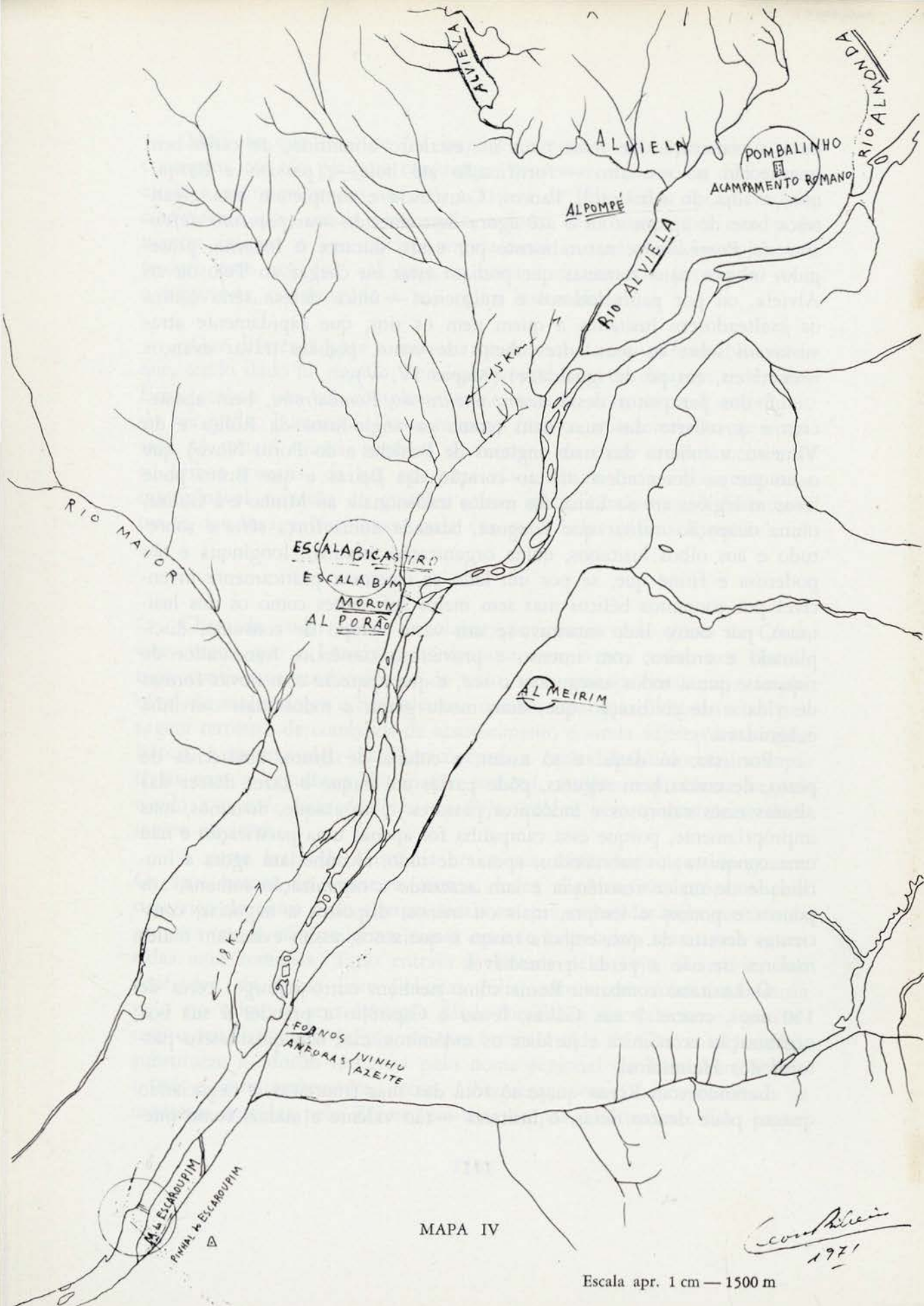
para a construção de mais naus no estaleiro abrantino, de certo bem guarnecido no seu alto — fortificação até hoje —, passam a Barquinha, a ilha do Almourol, Tancos, Constância e completam esta gigantesca base de ataque com o até agora desconhecido *acampamento defensivo do Pombalinho*, naturalmente por estar, durante o Inverno, protegido, ou por naus romanas que podiam estar ou chegar ao Tejo ou ao Alviela, ou por paúis lodosos e traiçoeiros — única defesa séria contra os «salteadores» lusitanos a quem nem os rios, que rapidamente atravessavam sobre os seus odres cheios de vento, podiam travar avanços irresistíveis, em pé de igualdade! (Mapas IV, V).

É dos parapeitos desse *acampamento do Pombalinho*, bem abastecido e a coberto das suas naus (como os anglo-lusos da Róliça e do Vimeiro, a coberto das naus inglesas de Peniche e do Porto Novo) que o ataque se desencadeia até ao coração das Beiras e que Bruto pode levar as legiões até ao Lima dos medos tradicionais, ao Minho e à Galiza, numa ocupação militar que é, agora, baseada numa força séria e sobretudo e aos olhos lusitanos, numa organização estadual, longínqua e tão poderosa e firme que, se por um lado se mostrava praticamente invencível por conjuntos bélicos mas sem meios suficientes como os dos lusitanos, por outro lado mostrava-se um vasto campo de consumo, disciplinado e ordeiro, com intenso e proveitoso comércio, fomentador de riquezas, que a todos assegurava o *seu*, e que aparecia com novas formas de vida e de civilização que, dum modo geral, a todos mais convinha e agradava.

Por isso, só daqui e só assim, a coluna de Bruto, abastecida de perto, de costas bem seguras, pôde passar ao ataque e fazer descer das alturas esses valorosos e indómitos pastores..., ao ataque, diziamos, mas impròpriamente, porque essa campanha foi apenas uma pacificação e não uma conquista: os submetidos, apesar de tudo, reconheciam agora a inutilidade de maior resistência e iam acatando a organização romana, aos poucos e poucos e sempre, mais ou menos, dispostos a negociar, conscientes decerto de que, embora tristes e queixosos, assim evitariam males maiores, se não a perda irremediável.

O Lusitano combateu Roma como nenhum outro inimigo: cerca de 150 anos, contra 7 nas Gálias, levou o Capitólio a prender à sua boa organização económica e jurídica os indómitos, mas não quixotescos pastores dos Hermínios.

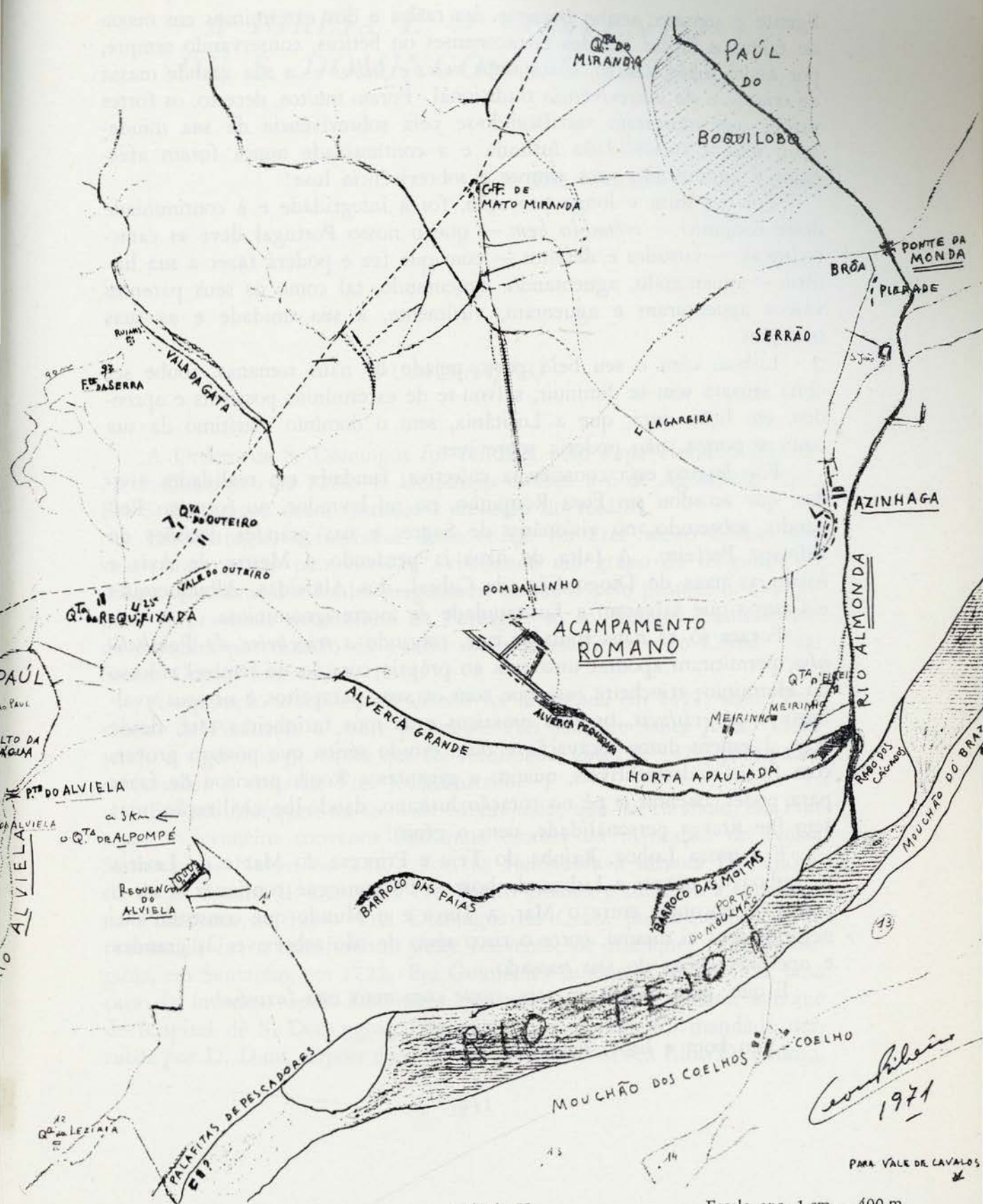
Lutando com Roma quase só fora das suas fronteiras, e negociando quanto pôde dentro delas, o lusitano — tão valente e audaz, como inte-



MAPA IV

Com. Klein
1971

Escala apr. 1 cm — 1500 m



MAPA V

Escala apr. 1 cm — 400 m

C. Monteiro
1971

PARA VALE DE CAVALOS

ligente e sensato, soube livrar-se das razias e dos extermínios em massa de tantas e tantas cidades tarraconenses ou béticas, conservando sempre, por assim dizer intacto, o conjunto *mães e filhos* — a sua grande massa de criação e de sobrevivência tradicional. Foram muitos, decerto, os fortes varões que morreram sacrificando-se pela sobrevivência da sua miudagem, mas a fecundidade lusitana e a continuidade nunca foram afectadas e garantiram, para sempre a sobrevivência lusa!

Em tão dura e longa provação, foi à integridade e à continuidade deste conjunto — *crêmo-lo bem* — que o nosso Portugal deve as características — virtudes e defeitos — com que fez e poderá fazer a sua história — aguentando, aguentando, aguentando, tal como os seus parentes vascos aguentaram e aguentam, virilmente, a sua unidade e as suas tradições.

Lisboa, com o seu belo porto pejado de naus romanas, soube ser dona sensata sem se diminuir, salvou-se de extermínios possíveis e aprendeu, em lição dura, que a Lusitânia, sem o domínio marítimo da sua costa e portos, não poderia sobreviver.

Foi decerto essa consciência colectiva, fundada em realidades vividas, que acordou em Fuas Roupinho, no rei lavrador, no formoso Fernando, sobretudo, no visionário de Sagres e nas grandes decisões do Príncipe Perfeito. A falta de naus ia perdendo o Mestre de Avis e foram as naus de Diogo Cão, de Cabral, dos Almeidas, Albuquerque e Castros que salvaram a Lusitanidade de morte ignominiosa.

Foram só as naus romanas que, cobrindo a *trincheira do Pombalinho*, permitiram apontar uma seta ao próprio coração do temível colosso do Hermínio; trincheira essa que com os seus parapeitos e os seus «val-luns» *ainda visíveis*, os seus mosaicos e as mós farinheiras está, desde hoje, à espera duma escavação e dum estudo sérios que possam provar, com factos indesmentíveis, quanto a gigantesca Roma precisou de fazer para poder assentar o pé no coração lusitano, dando-lhe civilização, mas sem lhe tirar a personalidade, nem o génio!

E a nossa Lisboa, Rainha do Tejo e Princesa do Mar e da Lezíria — Lisboa de ontem e Lisboa de hoje — ou consegue continuar a ser o ponto de encontro entre o Mar, a Terra e o Mundo que construiu ou, negando-se a si mesma, corre o risco sério de não sobreviver às grandes e operosas lições do seu passado.

E que, para que assim seja, *conte* com mais esta *luzinha!*

«Vau bom e liso», Fevereiro de 1972.

A IGREJA E O CONVENTO DE S. DOMINGOS DE LISBOA

pelo DR. MANUEL H. LOURINHO

I

FUNDAÇÃO

A Ordem de S. Domingos foi fundada pelo Papa Honório III, em 22 de Dezembro de 1216. S. Domingos morreu a 6 de Agosto de 1221. Foi S. Domingos quem instituiu a devoção do rosário.

Em Portugal, o fundador desta ordem foi Frei Soeiro Gomes que veio para o nosso país em 1217, chefiando um grupo de religiosos da ordem dos chamados frades pregadores, enviados pelo próprio S. Domingos. A província dominicana de Portugal, só se desligou praticamente de Espanha por ocasião da guerra da Independência e do Cisma. Frei Soeiro Gomes morreu em 1233.

A separação efectiva e de direito foi alcançada em 1417, sendo Provincial da Península o padre português Frei João de Santa Justa. Ficou sendo a vigéssima província que foi reformada, antes de 1423, pelo padre reformador e visitador Frei João Furtado.

Foi em Alenquer, na serra de Montejunto, que foi fundado, em Portugal, o primeiro convento com uma ermida da invocação de Nossa Senhora das Neves, em 1217. Foi sua fundadora a infanta D. Sancha, tia de D. Sancho II, a rogo de Frei Soeiro Gomes, e começou a funcionar na Primavera de 1218. Frei Domingos do Cubo, por incumbência do provincial, fez a transferência deste convento, de Alenquer para Montigirás, em Santarém, em 1222. Em Guimarães fundou-se no hospital, uma casa da invocação de S. Domingos que por, esse facto, recebeu o nome de hospital de S. Domingos. Este núcleo dominicano foi mandado derubar por D. Dinis, depois do combate que teve com seu filho D. Afonso.

Seis anos mais tarde, o mesmo rei fundou em Évora o convento de S. Domingos, posteriormente elevado a Estudos Gerais. A ordem de S. Domingos teve larga expansão em Portugal, até à fundação do convento de Mancelos, com o qual completou o número de 26.

O primeiro convento de freiras sob a invocação de S. Domingos foi em Chelas. O bispo do Porto, D. João, lembrou às noviças de freiras de Lisboa que a ordem de S. Domingos exigia os seguintes rigores: peixe cotidiano e contínuo toda a vida, jejum de 7 meses, vigiar à meia-noite, coro e oração perpétua. Cama e vestido seco até à raiz das carnes (sic), protecção de linho ou outro lenço, quebramento da vontade, em clausura, sem termo e sem esperança de nunca mais voltar ao mundo.

As freiras de S. Domingos foram para o novo convento da Anunciada, em procissão, na véspera de quinta-feira da Ascensão, em 1539.

Com a extinção de todas as ordens religiosas por Joaquim António de Aguiar — decreto de 28 de Maio de 1834 — desapareceu em Portugal a Ordem de S. Domingos, que foi restaurada em Fátima pelo cardeal Browne de nacionalidade irlandesa, em 11 de Maio de 1962, sendo Papa João XXIII. Entre a sua extinção e restauração tomou o hábito de S. Domingos o padre Manuel Frutuoso, mais tarde sagrado bispo de Portalegre, sob o nome de D. Domingos Maria Frutuoso, cuja paternal amizade por mim e bondade com que em muitas circunstâncias me distinguiu, radicou no meu coração profundo respeito e admiração pelo seu alto valor moral, espiritual e intelectual. Nasceu certamente do agradecimento por tanta amizade e carinho, o meu interesse pela Ordem de S. Domingos. Mais tarde tive a honra de conhecer outro grande dominicano, do tempo da extinção da Ordem, Frei D. Francisco Rendeiro, então bispo do Algarve, no jantar por mim oferecido, no Governo Civil de Portalegre, ao episcopado presente na inauguração do Seminário Maior da diocese de Portalegre. Faleceram já, estes dois grandes dominicanos da actualidade: D. Domingos Maria Frutuoso em 6 de Julho de 1949, tendo sido sepultado em Degracia concelho do Gavião, distrito de Portalegre; e D. Francisco Rendeiro, no dia 19 de Maio de 1971, sendo bispo-conde de Coimbra, para onde transitara do Algarve. Foi sepultado no cemitério da Conchada em Coimbra, no dia 21 de Maio de 1971 e posteriormente trasladado para a Murtosa, terra da sua naturalidade.

Em Lisboa mereceu-me desde sempre, muita curiosidade e interesse a história da igreja e convento de S. Domingos.

A história de S. Domingos é da autoria de Frei Luís Casegas, reformada em estilo e ordem e amplificada em sucessos e particularidades

por Frei Luís de Sousa. Os dois últimos volumes da História de S. Domingos são de Frei Lucas de Santa Catarina. É Frei Luís de Sousa considerado o cronista-mor da Ordem, certamente por ser o mais categorizado dos seus co-autores. A História de S. Domingos é dedicada por Frei Luís de Sousa ao rei Filipe III, e escreveu a crónica de D. João III por mandado do mesmo rei. Frei Luís de Sousa é autor da obra — *Vida de Frei Bartolomeu dos Martires, arcebispo de Braga* — a sua obra de mais categoria.

Manuel de Sousa Coutinho, casado com D. Madalena de Vilhena, viúva de D. João de Portugal, possivelmente morto na batalha de Alcácer-Quibir, era o nome secular de Frei Luís de Sousa.

D. Madalena de Vilhena teve 3 filhos do primeiro matrimónio, um rapaz, que morreu novo, e duas raparigas, uma das quais teve uma filha que casou com um Sousa Coutinho. D. Madalena professou em 1612 no Convento do Sacramento da Ordem de S. Domingos, que era junto à ponte de Alcântara, e morreu em 7 de Março de 1621.

Frei Luís de Sousa tomou hábito e professou no dia 8 de Setembro de 1614, das mãos de Frei João de Portugal, que era prior de Benfica e vigário do Mosteiro do Sacramento; faleceu em Maio de 1632 e está sepultado junto dos degraus do coro da igreja de S. Domingos de Benfica.

Frei Lucas de Santa Catarina escreveu a parte final da História de S. Domingos. Segundo sua opinião, a biblioteca do convento que ardeu em 1 de Novembro de 1755, continha livros em qualidade e categoria que nas portas deveria estar escrito:

«Felices quibus contigit aut scribere legenda, aut facere scribenda»,

cuja tradução é:

«Felizes aqueles a quem acontecer, ou escrever as coisas que devem ser lidas ou fazer as que devem ser escritas».

A Igreja e Convento de S. Domingos de Lisboa, na opinião de Frei Luís de Sousa, foram fundados por D. Sancho II. Não cita com precisão qual a data em que foram fundados e recusa a fundação a D. Afonso III. A construção demorou 7 anos tendo sido principiada por D. Sancho II e terminada por D. Afonso III. Para justificar a sua

teoria, baseia-se Frei Luís de Sousa no conhecimento de uma certidão que diz ter visto, passada pelo bispo de Ratisbona (Alemanha) e na qual constava que este prelado, então em Lisboa, lançou a primeira pedra para a construção, em fins de Fevereiro ou Março de 1242, com autorização do Deão e do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa que nessa data se encontrava vaga. Apoia ainda a sua afirmação no facto de D. Sancho II no seu testamento, feito em Toledo, não ter deixado esmola para o convento de Lisboa mas para o de Santarém começado em 1222, e certamente por aquele estar terminado, acrescenta Frei Luís de Sousa. A obra durou poucos meses, ainda segundo a citada opinião, pela vontade que o rei tinha de ser agradável aos frades de S. Domingos.

A referida certidão escrita em latim, cuja tradução também é transcrita, diz:

F. (não diz nome algum) por mercê de Deus, bispo de Regensburg, a todos os que presentes estas letras virem, saúde do Senhor. Achando-nos no bispado de Lisboa nos mandou pedir por carta sua, o senhor Rei de Portugal que lançássemos a primeira pedra no edifício do *convento* que pretende fazer para os frades pregadores, no sítio que chamam a Corredoura, junta à cidade de Lisboa. E querendo nós, para o podermos legitimamente fazer, estando a dita igreja, como está em Sede Vacante, nos foram apresentadas uma letras da parte do cabido dela, cuja sentença era esta. Saibam quantos estas letras virem que nós Deão e Cabido de Lisboa damos *licença aos frades pregadores* para edificarem mosteiro nesta cidade. Porque entendemos que resulta de tal obra para esta igreja, e será meio de salvação para as almas. E para que esta licença tenha força e vigor a confirmamos com o nosso selo. Em Lisboa 20 de Outubro ano do Senhor 1241.

Carta do Cabido — Ao venerável em Cristo Padre e Senhor F. (volta a não citar o nome) bispo de Regensburgo, o Cabido da Sé de Lisboa reverência e saúde. Pareceu-nos pedir com boa consideração a V. P. que nas ocasiões de necessidade, que aos frades pregadores se oferecem em cousas tocantes ao ministério Eposcopal, seja vossa Senhoria servido executá-lo porque para as tais *lhe damos* licença. Em Lisboa 9 de Fevereiro. Portanto, em virtude destas letras, desejando nós satisfazer o dito Senhor Rei, fomos ao sítio acima indicado e assentamos a *primeira pedra* para se prosseguir a obra do dito *convento que se determinava fazer*. E esta passamos em Santarém, aos 26 de Março de 1242.

Fundar — Tratando-se de imóveis, significa edificar desde os alicerces, construir. Ora, com fundamento do que se lê na certidão, apenas se lançou a primeira pedra para o convento *que se determinava fazer*.

Temos opinião oposta a Frei Luís de Sousa no que respeita à construção do convento e igreja de S. Domingos por D. Sancho II.

Na história dos mosteiros e casas religiosas de Lisboa, sobre cópia inédita que parece ter sido composta pelos anos de 1704 e 1708, diz-se que o Convento de S. Domingos foi construído por ordem de El-Rei e a supplica do cabido de Lisboa, contrariando no «modus faciendi» o que afirma a certidão do bispo de Ratisbona. Não fundamenta a opinião emitida, conta porém que a seguir ao escrito que refere o lançamento da primeira pedra, falta um caderno inteiro de 16 páginas, encontrando-se depois da mutilação uma frase solta que diz:

«Se moveo contra os religiosos de S. Domingos.»

A destruição de documentário, respeitando aos factos passados, antes, durante e depois das lutas entre D. Sancho II e D. Afonso III, pelos partidários deste último rei, lançou um denso véu sobre este período da história de Portugal. É mesmo lícito admitir que muitos documentos foram adulterados para encobrir ousadijas e despudores dos adeptos de D. Afonso III, após a vitória, e que não foram poucos.

Teremos que argumentar com razões fundadas nos documentos que possuímos e nos factos sucedidos de que temos conhecimento válido.

É absolutamente certo que não existiram boas relações entre D. Sancho II, grande parte da nobreza e a igreja em geral. Já D. Afonso II deu provisão contra decretos de Frei Soeiro Gomes que continham matéria civil. O Papa Honório III, em bula de 29 de Março de 1222 mandou suspender uma resolução do bispo de Lisboa que promulgava um estatuto que determinava a entrega à Igreja, da terça parte, ou pelo menos uma porção considerável de bens, sob pena da negação dos sacramentos e de sepultura canónica, aos que desobedecessem.

Ignora-se a data do nascimento de D. Sancho II, mas supõe-se que subiu ao trono com pouco mais de 13 anos; não admira pois que de começo houvesse largas concessões, dadas ao arcebispo Estevam Soares, e a suas tias, Branca de Castela, viúva de Luís IX de França, D. Sancha e D. Teresa. Acontece, porém, que logo em 1237 ampliou a proibição existente de aceitarem os mosteiros e as igrejas por doação entre vivos ou legados em testamento, por quaisquer bens de raiz. Desconhece-se

a data de casamento de D. Sancho II o que de resto foi contestado pelos seus inimigos, sem que da parte de sua mulher tivesse havido também uma atitude de solidariedade completa.

Não eram boas as relações que existiam entre os governantes, o rei e os frades de S. Domingos, que faziam repetidas queixas ao Papa. O próprio Frei Luís de Sousa o afirma quando diz:

«Sendo os nossos frades que por mandado do Papa lhe intimaram os breves da sua deposição e *os que do púlpito mais àpe-ramente reprendiam as desordens que consentia e não remediava.*

A certidão atrás transcrita, em que principalmente se fundamenta Frei Luís de Sousa, não oferece garantia absoluta de não ter sido adulterada ou inventada pelos que mais tarde tomaram conta do poder. É anónima quanto ao nome do bispo, não transcreve a carta do rei, quanto é tão solícita em o fazer no que respeita às cartas do Deão e do Cabito. Nas cartas referidas, não há a menor referência ao pedido do rei, nem tão pouco quaisquer mostras de satisfação ou contentamento por D. Sancho II ter tido esse desejo. De resto, não aparece em qualquer outro documento, informe, ou onde se possa inferir a fundação do convento e da igreja ao já citado rei. O argumento de no testamento feito em Toledo por D. Sancho II não haver doação ao convento de Lisboa mas ao de Santarém, por aquele já estar concluído, é erro de Frei Luís de Sousa. O testamento em que se faz doação ao Convento de Santarém é anterior a 1231, pois nele se refere como viva sua irmã a Infanta D. Leonor. Ora esta senhora casou com 17 anos em 1229, em Ripen (Dinamarca) com o príncipe herdeiro do reino, chamado Waldemar, e morreu em 1231, tendo morrido o marido 6 meses depois. Nada mostra o facto de terem acompanhado D. Sancho II, no exílio em Toledo, até à morte, dois frades menores e que assinaram o seu testamento, Frei Miguel que servia de esmoler e Frei Vicente de Lisboa que sendo secular foi médico de D. Sancho II, pois ambos pertenciam ao convento de Santarém.

Voltando às relações entre D. Sancho II e os frades pregadores, foram eles que juntamente com vários elementos da Igreja, promoveram a deposição de D. Sancho II, dirigindo-se a Bolonha, convidando o Infante D. Afonso que então ali residia, pelo seu casamento com a condessa Matilde, viúva velha e rica; casamento este apadrinhado pela então rainha de França D. Branca, tia do infante, a qual era regente do trono, durante a menoridade de seu filho. Foi mesmo o provincial da ordem

de S. Domingos Frei Gil que manifestou ao próprio rei a ideia da sua deposição. O mesmo provincial, na sala do conselho, foi invectivado por um dos conselheiros presentes juntamente com o rei e por este expulso das salas. Nesta audiência, em que Frei Gil foi expulso, era acompanhado pelo dominicano Frei Andrade. Afirma-se ainda que o conselheiro que invectivou o provincial foi enforcado, depois da subida ao trono de D. Afonso III.

Todas as queixas feitas pelos prelados contra D. Sancho II foram cuidadosamente registadas numa extensa bula do Papa Inocência IV, dirigida ao rei, comunicada aos bispos do Porto e Coimbra e ao prior dos dominicanos. Estes não deixaram de actuar junto do rei e avisaram imediatamente o Papa do desempenho desse encargo.

Em 6 de Setembro de 1245 foi assinada em Paris, na própria residência do chanceler da Universidade, Mestre Pedro, uma convenção entre o Infante D. Afonso, os bispos de Coimbra, do Porto e outros, entre os quais 3 dominicanos, sendo um destes Frei Pedro Afonso. Esta convenção não era muito honrosa para o infante mas também ele não a cumpriu depois de subir ao trono, embora a ordem a que maiores extorções fizesse, a dos Templários exactamente partidária única de D. Sancho II. Sabe-se também que Frei Gil deixou a cargo de provincial da Ordem, temporariamente, como voluntário ou a imposição de D. Sancho II, sendo novamente repostos por D. Afonso que lhe dedicou amizade e gratidão excepcionais.

No final do ano de 1245 ou nos primeiros dias do ano seguinte chegou a Lisboa o conde de Bolonha e 8 dias depois da última sessão do concílio de Lião, o Papa Inocência IV ordenava por meio de bula que se obedecesse a D. Afonso e se resistisse a D. Sancho II. Regista-se Inocência IV mandar que lhe respeitassem a vida ou de seu filho legítimo, caso o houvesse. Foi este pontífice que ordenou ao bispo de Toledo, após a morte de D. Sancho II, em 1 de Abril de 1248, a transladação do cadáver para Alcobaça, onde o rei deposto desejara ser sepultado. Não foi cumprida esta ordem, e, sepultado na capela dos reis da catedral de Toledo, o rasto do seu túmulo perdeu-se, na transladação para a capela-mor da mesma catedral. Nem depois de morto foi respeitado! Não nos admira, dado que a única ordem religiosa que se conservou fiel a D. Sancho foi a dos Templários, cujo mestre era D. Martim Martins. O episódio ou lenda de Martim de Freitas, alcaide de Coimbra, onde ressalta a firme honradez do súbdito ao juramento de lealdade ao seu rei, não foi acto que tivesse sucedido à maioria.

Do cotejo de todas estas circunstâncias, respeitando às relações do rei com os frades pregadores, é acreditável admitir que neste ambiente, D. Sancho II fosse dar aos frades de S. Domingos mais uma poderosa arma aumentando assim a força e autoridade dos seus inimigos? Não é provável; mas há mais. É o próprio Frei Luís de Sousa a dizer que havia, sobre a chamada porta das Graças, uma pedra dando a fundação a D. Afonso III. A porta das Graças dava serventia da igreja para o claustro, por ela passavam o frades quando iam do refeitório para o coro da igreja, a fim de darem graças a Deus pelo pão de cada dia e encomendar as almas de todos aqueles que, com esmolas, os ajudavam a sustentar. A referida pedra tinha uma inscrição em verso, redigida em latim, com a seguinte tradução:

«O valoroso Afonso, dos reis em ordem quinto, senhor ilustre do condado de Bolonha que o reino de seu pai restaurou e alargou de gente ruim e desbaratou seus inimigos, foi o que fundou este templo com grandes despesas a acabou com toda a perfeição em espaço de dez anos. Corria o ano do senhor de 1249 quando começou a obra.»

Isto é claríssimo, *fundou e acabou* com toda a perfeição em 1249. Isto é, 3 anos após a sua proclamação como rei e *um ano depois da morte de D. Sancho II, em Toledo.*

O argumento tirado da circunstância de no seu testamento D. Sancho II ter doado ao Convento de Santarém, 100 morabitinos e toda a madeira que necessitasse, e nada ter doado ao Convento de S. Domingos, de Lisboa — por este estar terminado, diz Frei Luís de Sousa, é erro deste autor.

Por seu lado, D. Afonso III no seu testamento concede a doação de duzentas libras para o convento de S. Domingos de Lisboa, manifestando *desejo de ser ali sepultado.*

Ainda, no que resta actualmente do claustro do convento existe uma sepultura do Infante D. Afonso, filho de D. Afonso III e de sua mulher D. Beatriz, filha do rei de Castela. Nela está inscrito que foram ambos os fundadores do convento. Este Infante D. Afonso, conhecido por D. Afonso de Portugal, nasceu em 1263 e morreu em 1312, com 49 anos, foi senhor de Portalegre e outras terras, era amigo de João de Lobeira, autor do Amadis de Gaula e diz-se que teria tido interferência na modificação da novela, no episódio da Briolanja. Fundamenta-se nisto, uma

das probabilidades da novela ter sido originariamente em língua portuguesa e da autoria do infante, admitindo-se que houvesse sido destruída pelo incêndio da biblioteca de S. Domingos em 1 de Novembro de 1755. Tradição portuguesa do século XIV, registada por Zurara, dá a autoria a Vasco de Lobeira, pai do atrás referido João de Lobeira com várias versões em português e castelhano, antes de se ter fixado em 1508 a forma definitiva, na edição castelhana de Montalvo.

Ainda, a fundação da igreja e convento de S. Domingos de Lisboa são atribuídas a D. Afonso III e sua mulher, D. Beatriz, no texto da história de S. Domingos, pelo próprio Frei Luís de Sousa, quando se refere à transladação dos restos mortais do Infante D. Afonso de Portugal, do artar-mor da igreja para um nicho onde esteve, certamente, até à sua esquecida colocação nos restos do claustro, onde está actualmente.

Foi D. Afonso III que doou aos frades de S. Domingos todos os terrenos em volta do convento, conhecidos posteriormente pelo nome de horta dos frades.

Frei Gil testemunha de todos estes sucessos era visitada na sua cela por D. Afonso III, tendo essas visitas um carácter de normalidade até à morte do provincial.

Por tudo o aduzido, tem que se concluir ser contra razão e inadmissível, atribuir a D. Sancho II a construção da igreja e convento de S. Domingos de Lisboa, devendo tal obra ser dada a D. Afonso III.

BIBLIOGRAFIA

- FREI LUÍS DE SOUZA — *História de S. Domingos.*
FREI LUCAS DE SANTA CATARINA — *História de S. Domingos.*
História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de cidade de Lisboa. Publicação da Câmara Municipal de Lisboa, 1 vol., 1950.
ALEXANDRE HERCULANO — *História de Portugal.*
FORTUNATO D'ALMEIDA — *História da Igreja de Portugal.*
JÚLIO DE CASTILHO — *Lisboa Antiga.*
MOREIRA DE MENDONÇA — *História dos Terremotos.*
CARVALHO DA COSTA — *Corografia*, 2.^a edição.
CORDEIRO DE SOUZA — *Inscrições Portuguesas de Lisboa.*
ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA — *História da Literatura Portuguesa.*
História da Nobreza de Portugal e Brasil.
FREI MANUEL DA ESPERANÇA — *História Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal.*

ACTIVIDADE CULTURAL DE JULHO A DEZEMBRO DE 1971

Em Julho, domingo 11, por amável convite da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, realizou-se um passeio no Tejo, em barco saído do Terreiro do Paço, Estação do Sul e Sueste, e à mesma regressado.

No mesmo mês, a 18, passeio à Península de Troia, com visita às respectivas instalações sob a direcção, na parte arqueológica, do nosso consócio Dr. Leonel Ribeiro, da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Almoço no local pelo sistema «panier». Transporte em autocarro pelo trajecto Grândola-Adoxe. Nela se incorporaram cerca de três centenas de pessoas, que visitaram os pontos mais interessantes da região, e finalmente a Torralta, e suas modernas instalações da praia, tendo sido recebidas amavelmente por um director desse empreendimento turístico que prestou alguns interessantes esclarecimentos.

O regresso fez-se por idêntico trajecto, tendo sido a visita acompanhada pelo Presidente da Junta Directiva, e pelos Srs. Coronel Lacerda Machado, Dr. Couto Santos, Luciano Moreira e Marcial Pereira Mendes.

No mesmo mês, a 29, o nosso consócio Dr. Leonel Ribeiro realizou uma notável conferência, sob o tema *Lisboa e a Base Românica da Linha do Tejo*. Neste número de *Olisipo*, publica-se na íntegra o seu trabalho; no entanto, inserimos também neste lugar, um resumo das considerações do conferente, nos termos em que o fez a Imprensa:

«No Salão dos «Amigos de Lisboa», como estava anunciada, realizou-se ontem a conferência do Sr. Dr. Leonel Ribeiro, tendo o ilustre conferencista começado por se referir ao nome de Lisboa, apresentando mapas da Península onde com grande objectividade se indicava a distribuição de cada um dos três elementos do nome: OLIS — IPO — e ONA, e concluiu, por isso, que o primeiro

elemento parece conter influências orientais, ao passo que os dois restantes são nitidamente peninsulares. O nome LISBOA deve ter significado o lugar ou o termo do vau lamacento ou escorregadio. Depois resumiu, apontando datas e lugares, as lutas entre lusitanos e romanos, que dividiu em quatro fases, a 1.^a de 194 A. Cr. a 155; a 2.^a de Viriato, de 151 a 139; a 3.^a de Sertório, 83 a 72, e a 4.^a com a pacificação, de A. Cr. a Augusto.

Pôs em relevo, o comportamento bélico dos lusitanos, inclusive as mulheres que preferiam morrer, com os próprios filhos, a entregar-se ao inimigo; a sua maneira de combater, gritando e fazendo ondular as suas grandes cabeleiras, conseguindo com seus cavalos e peões velocidades inconcebíveis para os romanos e empregando, repetidamente, a tática da fuga simulada para dispersar os romanos por sítios escolhidos, desfazendo-os em seguida.

Afirmando que a história das lutas lusitano-romanas está por fazer, sublinhou que, praticamente, e como bem claramente se vê nos mapas apresentados, essas lutas se desenrolaram *sempre* fora da Lusitânia que, por isso, e ao contrário de todo o resto da península, saqueadíssimo e muito destruído, manteve por todo esse tempo os seus quadros de criação (mulheres e crianças), o que lhe permitiu uma reserva racial e tradicional das mais completas e eficientes do mundo romano. Por fim, apresentou um belo e elucidativo mapa da romanização da linha do Tejo, mostrando com dados muito convincentes que a ocupação do macisso montanhoso lusitano do norte do Tejo só foi realizada, praticamente em paz e por acordos, quando o génio militar romano, evitando linhas terrestres de abastecimento, sempre perigosas entre lusitanos, fortificando Lisboa, fazendo do Tejo, com barcos vindos de Cadis, etc. a sua linha de abastecimento e construindo o grande acampamento do Pombalinho para seguro «*quartel de inverno*» e base principal de possíveis operações militares, num local de defesas naturais com rios e pântanos como não teriam outro na Lusitânia, o que o interesse nacional, sobretudo de história militar impõe seja escavado e devidamente estudado, até pelas suas relações de vizinhança com as instalações militares de Tancos e de Santa Margarida.

Durante a sua exposição, o autor teve ainda ensejo de indicar a escrita indí-

essa maneira foram por

No dia 12, também de Dezembro, no Hotel EMBAIXADOR, na Avenida Duque de Loulé reuniram-se em almoço de confraternização pelo 35.º aniversário do Grupo, os sócios: Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves, Dr. Paulo Caratão Soromenho e Esposa, Sr. Luciano Mendes Moreira, Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho, Dr. Victor Manuel Braga Paixão e Esposa, Dr. Álvaro do Amaral Barata e Esposa, Comodoro Carlos Henrique, Francisco Godinho Pinto Fernandes e Esposa, D. Margueritte Muller, D. Laura Satúrio Pires, D. Maria José Pereira Coelho, D. Christina Bérens Freire, D. Maria Adelaide Monteiro dos Santos, D. Alice da Conceição Gonçalves, D. Adélia Ferreira Bella, D. Maria Raquel Bela Ferreira, D. Maria do Rosário Carvalho Soares, Coronel Francisco Pereira Lacerda Machado, Dr. Leonel Ribeiro e Srs. Raul Soares Dias e Américo Marques Ferreira.

Presidiu o Presidente da Junta Directiva, Doutor Eduardo Neves que tinha na sua frente o Vice-Presidente Dr. Amaral Barata e Esposa, e se encontrava ladeado pelo Dr. Braga Paixão e Esposa, dum lado, e D. Maria José Pereira Coelho e D. Alice da Conceição Gonçalves, do outro. Entreteve-se uma interessante conversa tendo usado da palavra o Sr. Dr. Leonel Ribeiro, D. Laura Satúrio Pires e o Presidente da Junta Directiva.

A 16, pelas 22 horas, realizou-se a 68.ª sessão dos *Colóquios Olisiponenses*, a que alude uma *nota* inserta no presente número de *Olisipo*, intitulada *Centenários de 1972*.



Feira da Ladra



FICHEIRO

65. *Centro de Alegria no Trabalho do Pessoal do Serviço Meteorológico*

Os srs. dr. Domingos Ramalhete, António Feliciano Castilho, Rui Câmara de Sousa, Francisco Ragageles, Vítor Ramalho, dr. José Manuel das Dores e Francisco Rosado da Silva Caio, entre outros funcionários, foram os que mais se distinguiram por seu esforço e engenho, na organização do Centro de Alegria no Trabalho do Pessoal do Serviço Meteorológico (C. A. T. 559), cujo estatuto teve aprovação em 20 de Outubro de 1964.

Além das suas finalidades culturais (literárias, artísticas e desportivas) e recreativas, destacava-se então o desejo de organizarem uma cantina.

Com a sua sede em dependências cedidas pela direcção do Serviço Meteorológico Nacional, a colectividade começou a proporcionar aos seus associados a prática do futebol, ténis de mesa, damas, xadrez e pesca desportiva.

Dispõem de uma biblioteca com algumas centenas de volumes para leitura facultada na sede e domiciliária.

66. *Associação Portuguesa de Museologia*

Por despacho ministerial de 17 de Setembro de 1965, fundou-se em Lisboa, a Associação Portuguesa de Museologia, cuja primeira sede se fixou na rua Vítor Cordon, n.º 45-C.

Tem por finalidade esta organização, reunir conservadores de museus, restauradores de obras de arte, arquitectos e outros técnicos e cientistas ligados aos problemas museológicos actuais, promovendo também o conhecimento da museologia e dos seus domínios científicos e técnicos.

Objectivam os dirigentes a organização de reuniões e visitas de estudo, conferências, exposições e publicações.

67. *Grupo Desportivo do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa*

Em 1930, alguns funcionários superiores do Banco Espírito Santo, fundaram uma colectividade cultural e desportiva, destinada a promover maior coesão e solidariedade entre os empregados daquele estabelecimento bancário.

Seis anos depois, foi a organização oficializada sob a designação de Grupo Desportivo do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, filiada na F. N. A. T. ficando como Centro de Alegria no Trabalho n.º 274.

Instalado na rua João Oliveira Miguéns n.º 80, 2.º e 3.º andares — sede própria por deferência da entidade patronal — aí funcionam o ginásio e o salão de festas, praticando o Grupo as seguintes modalidades: futebol, basquetebol, hóquei em patins, ténis de mesa, tiro, pesca desportiva, voleibol, esgrima e ginástica.

No sector cultural salientam-se a organização de salões de fotografia e artes plásticas, certames de filatelia, cursos de iniciação cultural, visitas de estudo, possuindo também uma valiosa biblioteca.

Zacarias da Silva

≈

Algumas resoluções, determinações e outras intervenções da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1837

Receitas camarárias: 308 248 909 réis.

Saldo das despesas: 1 460 120 réis.

Reclamação do Governo pedindo pro-

vidências, dado que não se realizaram eleições nas várias freguesias de Lisboa, por não ter comparecido qualquer eleitor.

Já nesse tempo de liberalismo, o povo não se afadigava a cumprir os chamados deveres cívicos.

Determinação que fossem arrematadas a quem mais desse as demolições das igrejas de S. Martinho, S.º André, S.ª Marinha e S. Tomé.

Intimação ao presidente da direcção dos «Omnibus» — transportes colectivos da cidade — no sentido de se evitar que os condutores dos mesmos dessem estalos com os chicotes, em razão dos graves inconvenientes daí resultantes — depois de repetidas queixas à Municipalidade. Acrescentando que «a continuar o abuso, seriam aplicadas multas».

Tudo isto acontecido no ano de 1837.

(Sinopses das resoluções da Câmara Municipal de Lisboa em 1837).

pela cópia M. H. L.

PAPELARIA CAMÕES

DE

AUGUSTO RODRIGUES & BRITO, LDA.

Pinceis, telas, tintas de óleo, aguarelas e guahes das melhores marcas nacionais e estrangeiras

LISBOA, 2-42, Praça de Luís de Camões, 43-Tel. 32 30 63

ÍNDICE

DO 34.º VOLUME

1971

Actividade Cultural, de Janeiro-Junho	71
Idem, de Julho-Dezembro	124
Dr. Albino Francisco de Figueiredo e Almeida, notável figura da Lisboa do Século XIX, por <i>Abílio Mendes do Amaral</i>	26
Centenários de 1972	86
Do Meu Varandim: Mensagem, por <i>Nariade Galvão</i>	56
Dois Brasões Anómalos, pelo <i>Dr. A. Meyreles do Souto</i>	88
Eborenses em Lisboa, pelo <i>Dr. Manuel Carvalho Moniz</i>	6
Feira da Ladra	78 e 127
Homenagem a Sua Excelência o Presidente da Ex. ^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Fernando Santos e Castro	85
A Igreja e o Convento de S. Domingos de Lisboa, pelo <i>Dr. Manuel H. Lourinho</i>	115
A Lenda de D. Fuas Roupinho e do Santuário do Sítio da Nazaré, pelo <i>Dr. A. Silva Ascenso</i>	46
Lisboa e a Base Românica da Linha do Tejo, pelo <i>Dr. Leonel Ribeiro</i>	101
Luís Pastor de Macedo: Homenagem à sua Memória	83
O Nome «Lisboa» nos Estados Unidos da América, por <i>João Vidagó</i>	42
As «Obras Completas» de Santo António de Lisboa, pelo <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i>	52
Ofertas ao Grupo	77


Perfil de Uma Mulher, pelo <i>Dr. José Cassiano Neves</i>	96
Uma Proclamação aos Lisbonenses em 1808, pelo <i>Dr. Manuel H. Lourinho</i>	37
Relatório da Junta Directiva e Parecer da Comissão de Contas, referentes ano de 1970	63
Representação à Ex. ^{ma} Câmara Municipal de Lisboa acerca da indispensa- bilidade de concluir-se a impressão da obra do grande Olisipógrafo Júlio de Castilho, intitulada «Memórias de Castilho» (seu pai)	3
Sermão de Santo António dos Peixes (O célebre), do P. ^o António Vieira, publicado em versão francesa, pelo <i>Eng.^o Júlio Eduardo dos Santos</i>	60

Capas :


- N.^o 132 — Largo do Menino-Deus (ao Castelo de S. Jorge) — Desen-
ho de *J. A. Videira*
- N.^o 133 — Capela da Quinta da Laje ou do Secretário (da Casa Real),
aos Oliveis — (*Idem*)

Vinhetas de:

J. A. Videira e Figueiredo Sobral



Casa Batalha



FUNDADA EM 1635